



Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

SHIVA MONAJEM FATHEAZAM

**A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE IRANIANA SOB ÓTICA ESTADUNIDENSE: A
INFLUÊNCIA DO LOBBY ISRAELENSE**

Brasília
2012

SHIVA MONAJEM FATHEAZAM

**A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE IRANIANA SOB ÓTICA ESTADUNIDENSE: A
INFLUÊNCIA DO LOBBY ISRAELENSE**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB.
Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias.

Brasília
2012

SHIVA MONAJEM FATHEAZAM

**A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE IRANIANA SOB ÓTICA ESTADUNIDENSE: A
INFLUÊNCIA DO LOBBY ISRAELENSE**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS) do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB.

Orientador: Prof. Frederico Seixas Dias.

Brasília, 14 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Nome Completo (orientador)

Titulação-Instituição

Nome Completo

Titulação-Instituição

Nome Completo

Titulação-Instituição

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar como o lobby israelense influencia a percepção estadunidense da identidade iraniana e qual o desencontro entre as identidades iranianas e aquelas formadas dentro dos conceitos estadunidenses. Para isso, utilizando o Construtivismo como principal abordagem teórica, buscaremos esclarecer brevemente os conceitos de identidade, ideias e percepção a serem utilizados para a referida análise. Além disso, para traçar as “identidades iranianas” serão estudados os principais atores políticos do Irã, sendo eles o governo, com ênfase nas ações do atual Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, os aiatolás, a Guarda Revolucionária Islâmica – como braço militar do país –, e a sociedade civil em um contexto pós-Revolução de 1979. Por fim, o foco nos organismos, meios de ação e ferramentas do lobby israelense e na política externa norte-americana em relação ao Irã nos permitirá observar em que medida o lobby contribui para a formação da visão estadunidense a respeito da identidade do Irã.

Palavras-chave: Irã. Estados Unidos. Israel. Construtivismo. Lobby israelense. Sionismo. Identidade. Percepção.

ABSTRACT

This study aims at investigating how the presence of the Israeli lobby influences the American perception of the Iranian identity and what is the mismatch, if any, between Iran's identity and the image formed within the American concept. Using constructivist theory, we will attempt to clarify the concepts of ideas, identity and perception used for such an analysis. In addition, to trace the "Iranian identities" we will study the main political actors of Iran: the government, with emphasis on the actions of the current Iranian president, Mahmoud Ahmadinejad, the ayatollahs, the Islamic Revolutionary Guard as the military force of the country, and Iranian society in a context after the 1979 Revolution. Last but not least, focusing on the organisms, course of action and tools of the Israeli Lobby and U.S. foreign policy, we will attempt to analyze to what extent the lobby contributes to the formation of the U.S. perception of Iran's identity.

Key words: Iran. United States. Israel. Constructivism. The Israeli lobby. Zionism. Identity. Perception.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 O PAPEL DAS IDEIAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DE POLÍTICA EXTERNA	09
1.1 Os fatores ideacionais nos níveis de análise em Relações Internacionais	12
1.2 A percepção e a política externa.....	14
1.3 A identidade e o processo decisório: o Irã e o orientalismo.....	19
2 A IDENTIDADE IRANIANA PELOS IRANIANOS	28
2.1 Breve histórico a respeito do Irã.....	28
2.2 A Revolução Islâmica e a identidade iraniana pelas principais forças políticas do Irã.....	31
2.2.1 A identidade iraniana pelo governo civil de Ahmadinejad	35
2.2.2 A identidade iraniana pelos aiatolás.....	39
2.2.3 A identidade iraniana pela Guarda Revolucionária Islâmica	42
2.2.4 A identidade iraniana pela sociedade civil	46
3 O LOBBY ISRAELENSE E A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE IRANIANA	52
3.1 A relação entre os Estados Unidos e o Irã (1850-1979)	52
3.2 Irã e Israel: um breve histórico	57
3.3 O processo decisório estadunidense e a atividade lobista	61
3.4 O lobby israelense, seus integrantes e meios de ação.....	63
3.5 Estados Unidos e Israel: um relacionamento a duras custas	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76
ANEXO 1	81

INTRODUÇÃO

O desconhecido desperta inúmeros sentimentos no ser humano. Quando unido ao pré-conceito, esses sentimentos tendem a ser de insegurança e de medo. O Irã está, para a maior parte do mundo, na zona do desconhecido, do incerto. As tentativas de compreender esse país singular, muitas vezes vêm munidas de percepções que destoam da realidade: por trás de um véu ou de um rosto barbado, a língua ininteligível e o fanatismo. Não podemos, contudo, aceitar que essa seja a essência de um povo de cuja região (Oriente) foi berço das grandes religiões¹ do mundo, de grandes poetas como Rumi, do Império tolerante de Ciro² e de fortes tradições.

Cerca de oito mil anos atrás, povoados se estabeleceram em um planalto rico e verdejante na região da Pérsia. No percurso evolutivo de aproximadamente quatro mil anos, passando dos estágios de caça e pesca, para pecuária e agricultura, conseguiram construir desde aldeias a governos locais e regionais, com reis, exércitos e um sistema de impostos.

Há 2.500 anos o crescimento nacional e evolução social atingiu seu auge. Uma evolução contínua, com um acúmulo permanente de cultura e cidadania, fizeram com que os simples beduínos, habitantes dos desertos, se tornassem habitantes de uma vida urbana pacífica. Uma variedade impressionante de famílias e raças havia então se manifestado. Sobre esta realidade, não há divergência entre grandes conhecedores da história. Não é por acaso que o grande filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel afirmou que o princípio da evolução inicia com a história do Irã (MASH-HOORI, 1999).

Muitas facetas dessa cultura encontram-se hoje perdidas entre declarações de um governo autoritário representado pela figura de Mahmoud Ahmadinejad. Pouco se explora de outras facetas do povo iraniano, como por exemplo, a cultura do *tarof*, pronunciado tó-rof, que consiste em um “jogo de cerimônias” que domina as relações sociais do Irã em todos os aspectos, tornando-a muito cordial e respeitosa.

É devido a uma história pessoal, com raízes Iranianas, que a investigação sobre o tema do presente trabalho surge, não somente para buscar as “identidades iranianas” e compreendê-las melhor, como também para verificar de que forma elas são percebidas nos Estados Unidos e qual a relação do lobby israelense com tal percepção.

O primeiro capítulo apresentará, assim, os principais conceitos a serem utilizados no desenvolvimento da pesquisa, com base teórica construtivista, tais como percepção, ideias,

¹ Cristianismo, Zoroastrismo, Budismo, Islamismo e Judaísmo.

² Em muitos aspectos Ciro estabeleceu um exemplo de governança e de tolerância, ao respeitar as religiões e costumes das regiões que conquistava.

identidade e imagens. Além disso, serão explorados os três níveis de análise do estudo de Relações Internacionais de forma a tornar a pesquisa mais sistemática e auxiliar na compreensão dos níveis do indivíduo, estado e sistema internacional.

O capítulo II, por sua vez, apresentará um breve histórico do Irã, mais especificamente o período da Pérsia até a formal instituição do nome “Irã” para a região em 1935. Esse capítulo tratará também, individualmente, da identidade das principais forças políticas iranianas, sendo elas o governo civil, os aiatolás, a Guarda Revolucionária Islâmica e a sociedade civil em um contexto pós-Revolução de 1979. Para compreensão da identidade do governo civil, além do foco no corrente Presidente do Irã, suas linhas de ação, declarações e viés populista, também será estudada a bagagem da Revolução Islâmica sobre o país visto que ela estabelece suas guias até os dias atuais. Como a grande característica da República Islâmica é justamente um governo teocrático, a identidade dos aiatolás e sua exaltada posição religiosa no país, será explorada. Veremos, em seguida, a transformação pelo qual o papel da Guarda Revolucionária Islâmica passou, dando a ela uma identidade forte, influente e uma posição acima das próprias forças armadas do país. Ao fim do capítulo, trataremos da identidade da sociedade civil, cuja participação não deve ser ignorada em pleno século XXI e cuja força de pensamento e ação excede às expectativas do que se espera da população de um governo autoritário no Oriente Médio.

Será necessário ademais, para a conclusão do presente trabalho, investigar a até então tempestuosa, relação entre Irã e Estados Unidos, iniciada diplomaticamente em 1850. Para isso, uma apresentação cronológica de seu relacionamento será feita e seus principais marcos destacados, como o golpe militar de 1953 e a conseqüente derrubada do então primeiro-ministro iraniano Mossadegh. Não podemos, além do mais, deixar de lado análise da relação entre Israel e Irã, no período entre 1948-2011, visto que é necessário compreendermos como um relacionamento inicialmente pacífico encontra-se hoje em uma situação extremamente delicada, foco de discussões internacionais.

Por fim, com foco na relação entre Estados Unidos e Israel, será apresentada a ação do lobby israelense, principais organismos e mecanismos de funcionamento. Dessa forma, cremos ser possível compreender sua ação no processo decisório estadunidense e em que medida ela resulta, ou não, em uma compreensão diferente da identidade iraniana.

1 O PAPEL DAS IDEIAS NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES DE POLÍTICA EXTERNA

O presente capítulo tem como objetivo investigar como a questão da identidade pode ser relacionada ao processo decisório. O estudo de Relações Internacionais, segundo Snyder (2004), tem o propósito de nos dizer como o mundo funciona. É através do estudo das teorias clássicas que chegamos a interessantes conclusões sobre um mundo em constante evolução. De modo a diminuir a ampla gama de conceitos e definições existentes no campo de estudo de Relações Internacionais, buscaremos focar nas produções teóricas construtivistas e em teorias que lidem com o processo decisório, o papel das ideias, das identidades, e a importância da percepção.

A relação das teorias com os tomadores de decisões dos Estados são, atualmente, bastante questionadas. Até que ponto é possível explicarmos situações internacionais através das mesmas? No argumento de Walt (1998 apud SNYDER, 2004), são as teorias clássicas – Realismo, Liberalismo e Construtivismo – que moldam análises políticas e discursos, focando, porém, em diferentes pontos de análise e agentes.

Apesar das diferentes ferramentas teóricas disponíveis, o referencial teórico do presente trabalho é construtivista. Tal corrente tem como premissa básica a ideia de que vivemos em um mundo socialmente construído, produto de nossas escolhas, não um mundo a nós imposto, que não podemos modificar (NOGUEIRA; MESSARI, 2005) e que tem como principais instrumentos ideias e valores (SNYDER, 2004). Nesse sentido, o Construtivismo surge em meio ao intenso debate pós-positivista da década de 1980 sobre “o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 132), trazendo uma contribuição bastante importante para o presente trabalho: a questão da formação da identidade e ideias.

Temos então que, para a presente análise é de extrema importância o que os construtivistas consideram como uma realidade socialmente construída. Tal construção deriva justamente do que alguns construtivistas denominam “discurso”, levando em conta as regras e normas que o regem e colocando a análise desse discurso como centro da análise dos eventos sociais. Segundo Nogueira e Messari (2005, p.206), “o discurso não é apenas um instrumento para ação política, mas sim a própria ação política”. Dessa mesma forma, Kratochwill (1989 apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005) afirma que os processos de comunicação social e intersubjetividade são cruciais para a compreensão do processo que origina as ações dos atores. Em linhas gerais, o ato seria assim a expressão do discurso (NOGUEIRA; MESSARI,

2005). Quanto à análise dos fatores que afetam o discurso, o trabalho de Jervis (1976) será relevante para o presente trabalho na medida em que nele discorre sobre a importância da aplicação da psicologia cognitiva nas relações internacionais, afirmando que fatores psicológicos são parte de percepções errôneas que limitam a racionalidade dos tomadores de decisão, afetando, em parte, seus discursos e decisões.

É relevante, também, antes de prosseguir, esclarecer o que a utilização do Construtivismo de fato representa nessa pesquisa. Isso será feito através das cinco principais características adotadas por Houghton (2007) para definir, de forma condensada, as ideias construtivistas. Ao fazermos isso, será possível observarmos o motivo da escolha da referida teoria para o estudo da “percepção” da identidade iraniana proposta na presente pesquisa.

A primeira característica é a distinção entre “bruto” e “institucional”. O “fato bruto” representa tudo aquilo ao nosso redor que independe de nossas crenças, do que acreditarmos ou não. É a constatação de que certos fenômenos simplesmente existem. Por outro lado, os “fatos sociais” têm sua dependência nas nossas crenças, ou seja, se acreditamos neles ou não:

Applied to IR theory, notions like anarchy and sovereignty are not “brute facts” or timeless truths about reality at all, but instead constitute social inventions that human beings have fashioned themselves. This “subjectivist” notion of the political world is well captured by Alexander Wendt’s oft-quoted and highly memorable phrase, “anarchy is what states make of it” (WENDT, 1992 apud HOUGHTON, 2007, p. 28).

Temos assim que o mundo político é constituído por noções construídas socialmente e que o papel da crença e das ideias é assim fundamental em uma análise política.

A segunda ideia é o fato de que, para os construtivistas, os seres humanos são atores relevantes, pois têm a capacidade de modificar a realidade social. É preciso também notar que, para essa teoria, esses atores não existem isolados de estruturas que criam. Os construtivistas acreditam que os agentes e estruturas são co-constituídos, ou seja, constituem-se mutuamente.

Como um terceiro ponto, Houghton (2007, p. 29) explora o *slogan* construtivista “*ideas matter*”: para os construtivistas, as ideias constroem identidades e interesses. Por exemplo, o interesse nacional, para o autor, não é algo que surge objetivamente, mas deve ser interpretado por um amplo prisma de ideias. Além disso, enquanto neorrealistas destacam a importância de forças materiais, tal como o poder militar, os construtivistas, por sua vez, acrescentam a análise o valor das ideias.

A distinção entre o “mundo natural” do “mundo social” é a quarta característica apresentada. Os indivíduos são parte da realidade que constroem, realidade essa que tentam explicar e descrever. É a partir desse pressuposto, que Houghton (2007, p.28) apresenta a

ideia de profecias auto-realizáveis, conceito a ser amplamente utilizado no trabalho em questão: “*A self-fulfilling prophecy is a specific kind of idea or belief, one that provides its own confirmation; in other words, the belief creates the very behaviors it purports to explain and predict*”. Robert Merton (1957 apud HOUGHTON, 2007, p. 28) apresenta, ainda, a seguinte definição: “*The self-fulfilling prophecy is, in the beginning, a “false” definition of the situation evoking a new behavior which makes the originally false conception come “true”*”.

O autor termina assim seu raciocínio fazendo uma relação de profecias auto-realizáveis com percepções – que serão detalhadamente abordadas por Jervis (1976) adiante, – no sentido de que:

Actors who trust each other start behaving accordingly. They thereby create a peaceful and cooperative order through their interaction processes which reinforces the perception of one’s peaceful intentions. In other words, the presumption that the other is predisposed toward peacefulness leads to a self-fulfilling prophecy if both sides act on this assumption. The “democratic peace” is socially constructed. (HOUGHTON, 2007, p.29).

Por fim, a quinta característica traz a importância da identidade para os construtivistas. Os construtivistas não veem valor nas forças materiais por si só, mas sim na sua ligação com as significâncias socialmente criadas pelos seres humanos e suas ideias. Houghton (2007, p. 29) exemplifica: “*The possession of nuclear weapons by France or Great Britain has a fundamentally different meaning for most Americans than the possession of such weapons by China, Russia, or Pakistan*” e conclui:

Materially, the weapons may be pretty much identical, but British weapons (for instance) are not viewed as threatening due to the identity that Americans have constructed for Britain, while Chinese weapons are. Identical stockpiles of chemical weapons in Paris and Tehran, similarly, are viewed very differently in Washington, DC Identity, in this case and others, helps to construct the meanings we attach to purely material factors. This gives rise to another memorable and frequently heard constructivist slogan, “identity matters” (HOUGHTON, 2007, p. 30).

Vemos que o próprio exemplo do autor coloca ênfase na diferença existente entre o porte de armas químicas por Teerã e por Paris. Devido às suas identidades, suas significâncias sociais, as mesmas armas podem ser vistas como ameaças ou não.

Uma vez apresentadas as principais características da teoria construtivista, entendemos porque, para Houghton (2007), o diálogo com o Construtivismo permite uma base lógica para lidarmos com a análise de política externa: por dar valor às crenças, por tratar de atores e estruturas de forma co-constituída, por reconhecer que ideias de fato constroem interesses e identidades e por afirmar que uma vez que uma crença existe, o comportamento dos atores será de tal maneira que resultará na confirmação dessa crença, mesmo que infundada.

1.1 Os fatores ideacionais nos níveis de análise em Relações Internacionais

Existem significativas variações na forma que os indivíduos, grupos e instituições veem o mundo ao seu redor – o que adiante entenderemos como percepções. É possível observar o mundo por diferentes ângulos, resultando muitas vezes em imagens diferentes. No campo das Relações Internacionais, podemos dizer que esses “diferentes ângulos” de visão levaram ao surgimento de diversas teorias que visavam explicar esse mundo.

Com o surgimento de uma necessidade de promover maior rigor científico ao estudo das relações internacionais, diferentes abordagens de análise passam a ser utilizadas. O objeto de estudo passa a ser visto ora por suas partes ora por seu todo. Essas abordagens ficaram conhecidas, respectivamente, como a reducionista e a sistêmica. Apesar de alguns autores seguirem essas abordagens separadamente, no campo de Relações Internacionais é comum que ambas sejam consideradas complementares (GUIMARÃES, 2001).

Seguindo o mesmo objetivo de conferir maior rigor científico à suas análises, em um estudo sobre a guerra, Kenneth Waltz (1959, apud GUIMARÃES, 2011) buscou compreender suas causas utilizando-se de imagens, conhecidas hoje como níveis de análise. Sendo eles: o indivíduo, o Estado e o sistema internacional. Dessa forma, o comportamento de um Estado na política internacional pode ser visto sob esses três níveis. Assim, caso busquemos compreensão de determinado objeto através do nível do indivíduo, levaríamos em conta as características dos tomadores de decisão e seu padrão de comportamento. Suas percepções, personalidade, imagens, ideias e escolhas seriam portanto, indispensáveis em uma análise que parte do nível individual. Quanto ao nível do Estado, as estruturas mais relevantes para a análise seriam as governamentais, como a burocracia, a economia, o interesse nacional e a política externa (MIGST, 2009). A relação que podemos fazer entre o nível estatal e o presente trabalho é o caso do lobby israelense em si, visto que partimos aqui do pressuposto que ele é considerado um ator relevante no processo decisório.

O último no nível é o sistema internacional, cuja análise levaria em consideração as interações entre atores, sejam eles estatais ou não estatais, no ambiente internacional (GUIMARÃES, 2001), a distribuição de poder entre os Estados, fatores geográficos e tecnológicos (VIOTTI; KAUPI, 1998). É importante notarmos, contudo, que o fato de se levar em conta atores não estatais varia entre as teorias de Relações Internacionais, visto que algumas teorias, como o Realismo, consideram apenas os Estados como atores relevantes do cenário internacional. Além disso, outra característica do sistema internacional é que como ele não pode ser “visto”, não fornece informações diretas aos nossos sentidos, o que faz com que

tenhamos que buscar nossas próprias compreensões para fazer referência a ele. É por isso que as teorias de Relações Internacionais divergem entre si quando se trata da análise do sistema internacional, enxergando diferentes atores e disposições. No caso dos construtivistas, por exemplo, temos que eles veem o sistema internacional como “uma distribuição de ideias” (WENDT, 1999, p. 5, tradução nossa).

O estabelecimento dos níveis de análise foi uma contribuição significativa para o estudo de Relações Internacionais por fornecer rigor às análises. Alguns autores, como Jervis (1976), no entanto, não se atém a apenas três níveis. Ele propõe, por exemplo, quatro níveis, sendo eles o da burocracia, das políticas domésticas, do ambiente internacional e de decisões de política externa. Observamos, assim, que existe flexibilidade quanto à definição e aplicação dos níveis de análise na produção acadêmica.

No caso dos autores utilizados no presente trabalho, é possível observarmos que suas análises são feitas sob a ótica de diferentes níveis. Jervis (1976) foca seus estudos no indivíduo e como suas ações derivam de suas percepções e ideias. Anderson (2008), por sua vez, trará o foco no Estado, no sentido de que discorre sobre os movimentos nacionais e a condição nacional, como veremos adiante. O foco no sistema internacional, por fim, é oferecido por Wendt (1999), e sua visão sistêmica de um ambiente socialmente construído, regido por leis e normas, uma interação de ideias.

Autores como Wendt (1992), ainda, com sua visão sistêmica, permitem que o conceito de identidade se transforme e se adapte às necessidades da política internacional, afirmando que as identidades precedem os interesses. Esse conceito é importante por permitir a análise da política externa de um Estado como fruto da identidade dos atores envolvidos nessas decisões.

Migst (2009) utiliza a teoria dos níveis de análise para responder o seguinte questionamento: “por que os Estados Unidos e seus parceiros de coalização invadiram o Iraque em 2003?”. Para isso, a autora levanta possíveis explicações para a invasão, do ponto de vista individual, estatal e internacional. De forma a compreender melhor a técnica, utilizada tanto por ela quanto por outros autores, levantamos possibilidades, no mesmo formato das que as da autora, voltadas para o problema apresentado no presente trabalho. Do ponto de vista individual, portando, poderíamos inferir que Ahmadinejad, através de uma leitura de suas ações e decisões, é um líder que não se importa com o resultado das sanções internacionais sobre o povo iraniano, ou que Obama já tem sua mentalidade voltada para a proteção de Israel e a inimizade com o Irã. No nível Estatal, uma possível explicação para o problema existente entre Irã e os Estados Unidos seria que, para o governo iraniano, possuir

produção nuclear para fins pacíficos parece sensato visto que demais países também possuem essa tecnologia, além de possuírem armas de destruição em massa. Ou, até mesmo, que é do interesse de Israel suscitar o ódio estadunidense frente ao Irã visto que isso facilita sua aliança com os Estados Unidos. Quanto ao nível sistêmico, poderíamos refletir sobre como uma guerra nuclear entre Irã e Estados Unidos teria consequências desastrosas no cenário internacional, e por isso tal relação deve ser tratada com cuidado. Vemos, portanto, o quanto a mudança de nível de análise nos permite levantar novos questionamentos a respeito de um problema fixo, compreendendo assim, a relevância e contribuição da utilização dos três níveis de análise em um estudo de Relações Internacionais.

O que veremos adiante será, assim, um entrelaçamento das ideias que não se anulam e que, mesmo utilizando níveis de análise diferentes, contribuirão significativamente para o presente estudo, permitindo que analisemos a relação entre Irã, Estados Unidos e Israel levando em conta as características individuais dos tomadores de decisão, o nível de Estado e o próprio sistema no qual esses três países se inserem.

1.2 A percepção e a política externa

Há quarenta anos, estudiosos da área da psicologia iniciaram um movimento que ficou conhecido como “revolução cognitiva”. Passaram, portanto a rejeitar modelos generalizantes behavioristas e a voltar suas análises aos indivíduos em suas idiossincrasias: como seus processos de pensamento moldavam as escolhas dos tomadores de decisão (STEIN, 2008).

Em linhas gerais, Stein (2008) define essa revolução cognitiva como uma produção de comentários a respeito dos limites da racionalidade e acrescenta ainda que:

cognitive psychology has demonstrated important differences between the expectations of rational decision models and the processes of attribution, estimation, and judgment people frequently use” (STEIN, 2008, p. 104).

Para a autora, quatro atributos comprometem a capacidade do ser humano de tomar decisões racionais. São eles a preferência por simplicidade, o desejo por consistência, a deficiência em realizar estimativas e a aversão humana a perdas. Temos, portanto, que ao buscar simplificar o mundo ao seu redor, eliminando suas complexidades com analogias e afins, limitamos o espectro de opções do indivíduo. Além disso, ao preferirem consistência, os decisores tendem a negar ou até mesmo deixar de lado informações bastante relevantes a fim de preservarem suas crenças iniciais. Isso faz com que, mesmo quando suas previsões não se concretizam, os tomadores de decisão continuam a defendê-las – como tratado por Houghton (2007) e, mais adiante, por Jervis (1976), como profecias auto-realizáveis. Em relação à

dificuldade de realizar estimativas, observamos que os indivíduos têm uma tendência de processar informações utilizando o que está facilmente ao seu alcance. Por último, em relação à aversão a perdas, temos que (STEIN, 2008, p. 109):

Foreign policy decision-makers, like people generally, are not neutral about risk. Cognitive psychology has generated robust evidence that loss is more painful than comparable gain is pleasant and that people prefer an immediate smaller gain rather than taking a chance on a larger longer-term reward.

E ainda:

Leaders tend to be risk-averse when things are going well and relatively risk-acceptant when things are going badly, when they face a crisis in which they are likely to lose or have lost something that matters to them. Leaders are also likely to take greater risk to protect what they already have—the ‘endowment effect’—than to increase their gains (STEIN, 2008, p. 109).

A aplicação da psicologia cognitiva nas relações internacionais mostra assim que fatores psicológicos podem fazer parte de mal-entendidos e que limitam a racionalidade dos tomadores de decisão. Jervis (1976) aborda questões bastante relevantes para o presente trabalho, tais como o questionamento de como crenças a respeito de políticas e imagens de outros atores são formadas e transformadas, e como tomadores de decisão chegam a conclusões utilizando as informações a seu dispor.

Gostaria de destacar aqui o fato de que, para o autor, “*perceptions of the world and of other actors diverge from reality*” (JERVIS, 1976, p. 3), sendo assim importante buscarmos estabelecer quais as causas para essas percepções errôneas a respeito da realidade. A dificuldade, ao lidarmos com esse pensamento de Jervis, é de que o Construtivismo não vê uma percepção divergente da realidade, vê apenas outra percepção. Portanto, enquanto Jervis (1976, p. 7) levanta o questionamento “*how was it derived from the information available?*”, os construtivistas focarão nas identidades que possibilitam a formação dessa informação. Sendo assim, enfatizo aqui que, para os construtivistas, as “percepções errôneas” mencionadas no trabalho de Jervis (1976) serão aqui interpretadas apenas como “percepções diferentes” e não erradas.

Uma vez esclarecida essa diferença entre o trabalho de Jervis (1976) e o Construtivismo e como trataremos dela, podemos voltar ao estudo do autor sobre percepções. Temos então, que o autor relaciona as decisões dos líderes de Estado com suas percepções e faz referência a elas como sendo uma das causas relevantes na determinação e compreensão do comportamento dos tomadores de decisão. Ele considera “generalizações” as ideias sobre como os tomadores de decisão percebem o comportamento do outro e julgam esse comportamento a fim de entender as intenções do mesmo. É através dessas generalizações que o autor busca mostrar “*how, why, and when highly intelligent and conscientious*

statesmen misperceive their environments in specified ways and reach inappropriate decisions” (JERVIS, 1976, p. 29). Ou seja, as decisões tomadas pelos líderes de Estado são muitas vezes baseadas puramente nas imagens do adversário e nas percepções que se tem dele.

Jervis (1976) afirma que é justamente pela divergência das visões dos diferentes tomadores de decisão em todo o mundo que é necessário explicar a tomada de decisão a fim de entendermos política externa. Para isso, o autor utiliza dois modelos: o modelo de dissuasão e o modelo espiral.

O primeiro modelo tem como argumento central: *“great dangers arise if an aggressor believes that the status quo powers are weak in capability or resolve”* (JERVIS, 1976, p. 58). Ou seja, o agressor irá testar seu oponente, geralmente com um problema pequeno. Se o agredido recuar, pode fazer com que o agressor pressione mais fortemente. Mesmo que o agredido mude de ideia depois, e resolva parar de recuar, será difícil convencer o agressor de sua força potencial. A escolha será, portanto entre *“continuar recuando e assim sacrificar valores básicos ou engajar-se na guerra”* (JERVIS, 1976, p. 58, tradução nossa). Para evitar esse cenário, *“o Estado deve demonstrar habilidade e disposição para a guerra”* (JERVIS, 1976, p. 58, tradução nossa). O problema dessa visão é que, através do modelo de dissuasão, problemas pequenos, com baixo valor intrínseco, tornam-se significantes. Portanto, o Estado sente-se quase que pressionado a deixar de lado a moderação e até mesmo a vontade de conciliar-se para que não pareça fraco e vulnerável.

Quanto ao modelo espiral, temos que nele, cada Estado encontra-se protegido apenas por sua própria força. Os líderes de Estado sabem que, mesmo que o outro não tenha planos ou intenções de agressão, tais intenções podem ser rapidamente desenvolvidas de uma hora para outra. Podemos inferir que essas são as consequências de uma visão hobbesiana³ do cenário internacional. Fundamenta-se assim a insegurança que os Estados sentem em relação ao poderio bélico de outro: mesmo que esse outro afirme estar se armando para proteger-se e defender-se em casos de agressão, essas mesmas armas podem ser subidamente utilizadas para atacar. Jervis (1976, p. 64) afirma: *“this especially true of the great powers. Any state that has interests throughout the world cannot avoid possessing the power to menace others”*. É por essa razão que o autor conclui que os Estados tendem a presumir o pior, resultando numa necessidade de aumentar seus armamentos, de modo a produzir um senso de segurança.

³ Na visão hobbesiana, a segurança e a sobrevivência são valores fundamentais, enfatizando que *“o direito internacional é criado pelos Estados e só será cumprido se favorecer o interesse da segurança e da sobrevivência dos Estados; caso contrário, a lei será ignorada”* (JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg, 2003, p. 112).

A consequência é que os outros Estados tendem a sentir-se mais ameaçados e menos seguros. Ramsay McDonald (apud JERVIS, 1976) apresenta um ponto de vista interessante ao afirmar que ao buscar sua própria segurança, o Estado desperta a insegurança dos outros. Essa relação pode ser chamada de “O Dilema da Segurança” .

“O Dilema da Segurança”, para Jervis (1976), pode não apenas criar conflitos, mas também levar à guerra, visto que os Estados podem atacar simplesmente pelo medo de serem atacados, mesmo que eles estejam satisfeitos com o seu *status quo*. Como mencionado anteriormente, Stein (2008) acrescenta às ideias de Jervis (1976) ao afirmar que, apesar de sua aversão às perdas, os tomadores de decisão correm riscos maiores para proteger aquilo que já possuem.

Conforme já mencionado por Stein (2008), existem fatores que limitam a racionalidade dos tomadores de decisão. Até o momento, discutimos a relação entre os Estados dentro dos modelos de dissuasão e espiral, em um cenário anárquico. Agora é necessário pensar sobre a análise de Jervis (1976) a respeito do impacto que essa relação tem na limitação da racionalidade dos tomadores de decisão.

Jervis (1976, p. 68) afirma que “*once a person develops an image of the other – especially a hostile image of the other – ambiguous and even discrepant information will be assimilated to that image*”. Além disso, o autor mostra que as pessoas percebem aquilo que elas esperam que esteja presente, ou seja, se creem na hostilidade de um país, mesmo que outros vejam esse mesmo país como inofensivo, tenderão a ver hostilidade em qualquer ato que esse país realize. Ele refere-se a essa situação pelo termo “rigidez cognitiva” (JERVIS, 1976, p. 68, tradução nossa).

Stein (2008) também aborda a questão da rigidez cognitiva afirmando que uma vez formada, a crença é difícil de ser alterada. Para ela, o modelo de má fé, ou seja, as expectativas negativas da ação do outro, mostra o quanto crenças existentes na mente dos indivíduos são imunes a novas informações. Por novas informações quero dizer tanto informações que forneçam fundamento às crenças dos indivíduos quanto àquelas contrárias a elas. Isso por que:

Long-term belief in another's hostility is easy to confirm and difficult to disprove almost regardless of the objective circumstances. That kind of dynamic is obvious in the enduring conflict between Israel and Palestine (STEIN, 2008, p. 106).

Portanto, podemos assim inferir que os conflitos são muitas vezes duradouros justamente por imagens serem tão difíceis de serem alteradas: ideias já cristalizadas nas crenças dos decisores podem ser um empecilho à racionalidade (STEIN, 2008).

É curioso observar que, em sua análise, Jervis (1976) chega à conclusão de que mesmo que um Estado veja hostilidade, por exemplo, no aumento do poderio bélico de um país, ele não aplica essa lógica em seu próprio comportamento. Se ele próprio aumenta seu poderio bélico para aumentar sua segurança, e nada mais, ele supõe que os outros Estados estarão conscientes disso e que não se sentirão inseguros ou que isso não afetará o cenário internacional. O autor ilustra isso com a frase de John Foster Dulles, ex Secretário de Estado dos Estados Unidos, (apud JERVIS, 1976, p.68): "*Khrushchev does not need to be convinced of our good intentions. He knows we are not aggressors and do not threaten the security of the Soviet Union*". Assim, o que os Estados acabam fazendo é que deixam de compreender o real impacto de sua própria política de Estado (JERVIS, 1976). Portanto, temos que os tomadores de decisão acreditam piamente que suas ações serão interpretadas da melhor forma possível por outros Estados, enquanto eles mesmos têm a tendência de presumir o pior. Assim, a fim de limitar o conflito, os Estados deveriam reconhecer que suas políticas afetam outros Estados, não interpretando assim a ação do outro como agressiva (JERVIS, 1976).

Há ainda outro aspecto do modelo espiral a ser explorado: a questão das profecias auto-realizáveis e a tendência que as falsas percepções de um ator têm de tornarem-se verdadeiras (MERTON, 1957 apud JERVIS, 1976, p. 76). Isso porque a expectativa de hostilidade é também uma profecia auto-realizável, a crença de que o conflito existe e é real irá criar um conflito que não é mais apenas ilusório. Aqui, podemos utilizar como exemplo a análise de Weldes e Saco (1996), que utilizaram-se do estudo de caso a respeito do “Problema Cubano” para demonstrar sua preocupação com a análise discursiva e sua possível interferência nas ações do Estado.

Weldes e Saco (1996) levantam dois questionamentos centrais em sua obra. O primeiro é referente ao embargo estabelecido a Cuba pelos Estados Unidos: se a Guerra Fria acaba, a hostilidade também não deveria acabar? O segundo é voltado para a política externa estadunidense e em explorar o que fez com que fosse possível que mantivessem, incansavelmente, a política externa hostil em relação a um país pequeno e fraco como Cuba. Para responder essas questões, os autores abordam a construção americana do “Problema Cubano” como um problema de fato: o problema era e continua sendo discursivamente construído, ou seja, Cuba como uma ameaça é uma interpretação dos tomadores de decisão estadunidenses. O “problema cubano” permite assim que os EUA construam identidades para si mesmos e para Cuba que justificam, ou melhor, que tornam possíveis as ações de constrangimento a Cuba.

No campo de relações internacionais, por sua vez, temos a ideia de que os tomadores de decisão têm uma tendência de interpretar uma determinada informação nos termos daquilo que está facilmente disponível e acessível em seu repertório cognitivo. Como Tetlok (2006 apud STEIN, 2008, p. 109) afirma: *people manage to convince themselves, sometimes within milliseconds, that they knew it all along.*

Concluimos, assim, que existem dois grandes problemas do modelo espiral. O primeiro, é que *“the state's policy not only probes the environment but can alter it”* (JERVIS, 1976, p. 77). O segundo é relativo às crenças básicas dos tomadores de decisão, no sentido de que enquanto as crenças básicas a respeito das intenções do outro estiverem erradas, as políticas formuladas caminharão rumo a um beco sem saída.

1.3. A identidade e o processo decisório: o Irã e o orientalismo

Segundo Manuel Castells (1999, p. 23), identidade é a “fonte de significado e experiência de um povo”, com base em um atributo ou conjunto de atributos culturais que prevalecem sobre outras fontes de significado. Essa identidade pode ser múltipla, porém, essa multiplicidade tem como resultado uma tensão e, porque não, uma contradição, na auto-representação e na ação social.

Muitas vezes, as identidades são formadas a partir de instituições dominantes da sociedade, sejam elas políticas ou religiosas, que constroem seu significado com base na internalização de valores pelos indivíduos. É importante observar que o conceito de identidade abordado por Castells (1999, p. 23) difere do conceito de papel, visto que, segundo o autor, “identidades organizam significados enquanto que os papéis organizam funções”, e que do ponto de vista social, toda e qualquer identidade é construída.

Para compreendermos a formação da identidade relacionada à questão da segurança dos Estados, utilizaremos por um instante alguns conceitos Realistas. Do ponto de vista Realista, os Estados, movidos pelo egoísmo, buscam sempre a manutenção de sua soberania, segurança e poderio militar. Ou seja, os Estados definem seus interesses de forma egoísta, sendo assim, podemos dizer que o sistema internacional é anárquico e de autoajuda. De acordo com Jervis (1976) o caminho em busca de segurança produz ações agressivas se o Estado requer um senso de segurança muito elevado ou até mesmo se sente ameaçado pela presença de outros Estados fortes. Temos, portanto que os atores, no caso os Estados, não tem uma relação positiva com a segurança do “outro”, visto que ela representaria uma diminuição da sua própria segurança. É por isso que Wendt (1992) afirma que uma anarquia de amigos é

diferente de uma anarquia de inimigos. Partindo destes princípios, poderíamos afirmar que uma das razões para se buscar uma identidade nacional seria aumentar a segurança do Estado, construindo a identidade como uma unidade de força que não seria facilmente influenciada pela identidade de outros Estados, ajudando a se manter assim a unidade territorial, um exército disposto a proteger sua identidade nacional e indivíduos fortemente ligados por um atributo cultural prevalecente (ANDERSON, 2008).

A construção dessa identidade, de acordo com Castells (1999, p.23), valer-se-ia da matéria-prima fornecida:

[...] pela história, geografia, biologia, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais.

Já para Wendt (1992), alguns interesses e identidades do Estado são originários de relações com a sociedade doméstica e outras da sociedade internacional. No presente trabalho, contudo, enfatizamos a sua origem doméstica e o fato de que essas identidades e interesses sociais estão sempre passando por processos e interações.

Segundo Anderson (2008), para compreendermos a construção da identidade é necessário entendermos o conceito de nação. Ele afirma que nação, nacionalismo e nacionalidade são termos muito difíceis de definir. Uma definição científica não cabe ser apresentada visto que a condição nacional [*nation-ness*] e nacionalismo são produtos culturais específicos, que se modificaram ao longo dos tempos e hoje tem uma legitimidade emocional. Afirma ainda que “o nacionalismo é a patologia da história do desenvolvimento moderno” (NAIRN, 1977 apud ANDERSON, 2008, p. 31).

A seguinte definição de nação é apresentada por Anderson (2008, p. 32) “uma comunidade política imaginada, sendo ela intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Comunidade, pois é percebida como uma camaradagem horizontal. Limitada, pois ela vai até limites, fronteiras, além das quais existem outras nações, com outras comunidades imaginadas. O termo imaginada é utilizado, pois sabe-se que por menor que seja a nação, todos os membros jamais chegarão a se conhecer ou, até mesmo, se encontrar. A sensação de “comunidade”, portanto, é algo mais psicológico do que real. “O nacionalismo não é o despertar de uma nação para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (ANDERSON, 2008, p. 32) e a distinção entre as comunidades reside em sua forma de ser.

Nacionalismo, para Wendt (1992), é o senso de uma identidade coletiva baseada em laços linguísticos, culturais, étnicos, etc. Ele acredita que o nacionalismo possa ser um dos fatores primordiais para a auto-concepção de uma sociedade de sua diferença com os demais

grupos. A dependência dos Estados de suas sociedades chega a ser, portanto, tão grande, que eles cultivam tais sentimentos nacionalistas para “solidificar sua identidade corporativa vis-à-vis o outro” (ANDERSON, 2008, p 27). A identidade nacional é concebida não como uma estrutura coerente, mas como uma multiplicidade de discursos, que emergem, por sua vez, de uma multiplicidade de relações com múltiplos “outros” (BUKH, 2009). Devemos enfatizar, porém, que como esse fenômeno varia amplamente entre os Estados, a forma com que o nacionalismo afeta os interesses estatais deve ser tratado como um problema empírico e não dado de forma objetiva como fonte do egoísmo do Estado.

Dois períodos da história são muito importantes para a origem das comunidades imaginadas. Foram eles o das comunidades religiosas e o dos reinos dinásticos. Através declínio dessas comunidades, línguas e linhagens sagradas, ocorreu a transformação fundamental nos moldes de apreender o mundo, o que possibilitou “pensar a nação” (ANDERSON, 2008).

Temos assim a seguinte analogia:

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história seja em sentido ascendente ou descendente (ANDERSON, 2008, p. 22).

Portanto, na discussão apresentada por Anderson (2008) sobre as origens do nacionalismo, temos que o autor basicamente sustenta o argumento de que a própria possibilidade de imaginar a nação só surge historicamente quando concepções culturais e religiosas fundamentais perderam domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens. A primeira dessas concepções é a de que a língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser parte indissociável dessa verdade. A segunda é a crença de que a sociedade se organizava em torno e abaixo dos monarcas, que governavam por uma espécie de dádiva divina. A terceira é a concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens dos homens e do mundo são as mesmas. Juntas, essas ideias levavam à redenção dos seres humanos a fatalidades diárias da existência e ofereciam redenção de maneiras variadas. Elas enraizavam a vida humana na própria natureza das coisas. Foi justamente o declínio de tais ideias que, segundo o autor, levaram a uma busca do homem por unir significativamente o tempo, o poder e a fraternidade (ANDERSON, 2008).

Uma vez tendo apresentado visões teóricas a respeito da formação da identidade e a definição de nação, e antes de buscar entender a identidade iraniana em si, é necessário nos voltarmos à criação da identidade oriental e seus aspectos históricos. Edward Said (1990)

oferece as bases para tal análise. Além disso, para ao desenvolvimento do presente trabalho, é necessária a utilização da distinção entre Oriente e Ocidente que, segundo o autor, já era nítida desde o tempo de *Ilíada*.

Reconhecemos, porém, a dificuldade de estabelecer definições claras e exatas de “identidade” e “cultura”. Sendo assim, não buscamos cometer o mesmo erro de Harold Gidden (1972 apud SAID, 1990), apontado por Said (1990), ao escrever um retrato psicológico de mais de séculos de história de uma nação composta por milhões de pessoas, mas sim, tentar compreender uma pequena porção da composição cultural e nacional iraniana. Para isso, será necessária uma compreensão sobre as relações do Oriente com o Ocidente.

Said (1990) afirma que a relação entre europeus e orientais é baseada, principalmente, nas ricas e antigas colônias europeias no Oriente. Sendo assim, podemos inferir que por meio de uma relação colonial, o Oriente representou uma parte considerável da cultura e da civilização material da Europa. Desde o século XVIII, a relação entre os Europeus e o Oriente é de “relacionamento entre um parceiro forte e um fraco” (SAID, 1990, p. 50). Já a relação Oriental com os estadunidenses é apresentada de maneira diferente, sua compreensão é menos profunda. Até a Segunda Guerra Mundial, essa relação era bastante limitada: o “conhecimento do Oriente nunca passou pelos processos de refinação, reticulação e reconstrução, iniciados pelo estudo filosófico, pelos quais passou na Europa” (SAID, 1990, p. 295).

Segundo Said (1990) o termo orientalista vem caindo no conceito de especialistas, por ser vago e amplo demais. Contudo, ele tenta delimitar o orientalismo dentro de algumas definições. Dentre elas, destaco as de que o orientalismo é o “estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o Oriente e o Ocidente” (SAID, 1990, p. 14), e sua referência ao orientalismo como um “sistema de conhecimento sobre o Oriente. Uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência Oriental” (SAID, 1990, p. 18). Em uma linguagem mais simplificada e direta, o orientalismo é o termo utilizado para fazer referência às noções e abordagens ocidentais a respeito do Oriente.

Devemos entender o orientalismo como um discurso de identidade. Além disso, não se pode deixar de lado o envolvimento franco-britânico no Oriente, visto que o orientalismo deriva justamente dessa relação de dominância do Oriente até a II Guerra Mundial. A relação entre o Oriente e Ocidente, como visto ao longo da história, é uma relação de poder, de dominação. Said afirma então que: “o orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material” (SAID, 1990, p. 18).

Na definição do autor, conhecimento “verdadeiro” é justamente aquele que é apolítico. Ao partirmos do pressuposto de que ao se conhecer as ciências humanas, o envolvimento do ator como “sujeito humano em suas próprias circunstâncias” (SAID, 1990, p. 23) não pode ser negado, podemos assim inferir que se um americano estudar o Oriente, ele chega antes como americano e depois como indivíduo. Desse modo, podemos supor a possibilidade de pré-conhecimentos a respeito do Irã na análise estadunidense de sua identidade. Ou seja, pré-conceitos, preconceitos.

Aplicando essa lógica, notamos que:

[...] o modo de estimular o relacionamento era sublinhar a cada passo que o oriental vivia em um mundo próprio, diferente, mas totalmente organizado, um mundo com seus próprios limites nacionais, culturais e epistemológicos, e princípios de coerência interna (SAID, 1990, p. 50).

Seria assim, um modo de criar uma identidade “pelo” Oriente, ao invés de deixá-lo criar sua própria. Said agrega a essa lógica com a seguinte citação: “o que dava ao mundo oriental a sua inteligibilidade e identidade não era o resultado de seus próprios esforços. Mas era, antes, toda a complexa série de manipulações cultas pelas quais o Oriente era identificado pelo Ocidente” (SAID, 1990, p. 50). Portanto, o orientalismo impôs os seus limites sobre o pensamento a respeito do Oriente, e ainda, estruturou a realidade definindo o “nós” (Ocidente) e o “eles” (Oriente). Para Said,

os orientais raramente eram vistos ou olhados; a visão passava através deles, e eram analisados não como cidadãos nem como povo, mas como problemas a serem resolvidos, ou confinados, ou - posto que as potências ocidentais cobiçavam abertamente o território deles - conquistados (SAID, 1990, p. 213).

Ou seja, os orientais eram, não um povo, mas um conjunto de representações. Outro autor que podemos citar como um dos incentivadores das imagens “exageradas” propagadas na cultura popular é Berger (1967 apud SAID, 1990, p. 293), que contribuiu para a imagem da região do Oriente Médio com frases como “o Oriente Médio e a África do Norte de hoje não são um centro de grandes realizações culturais nem é possível que se tornem um no futuro próximo” e “o Oriente Médio tem recuado em importância política imediata (...)”.

Dentre as principais questões intelectuais apresentadas pelo orientalismo, temos o questionamento do quão possível é pegarmos a realidade humana e a dividirmos em diferentes culturas, tradições, sociedades, sem resultar em uma divisão entre os próprios seres humanos em uma diferença expressiva entre “nós” e “eles”. Um exemplo utilizado pelo autor para ilustrar tal situação traz luz ao entendimento do Irã pelos Estados Unidos: em estudo sobre o discurso de Henry Kissinger (1972 apud SAID, 1990)– no ensaio “estrutura nacional e política externa” – sobre as relações americanas com suas forças internas e realidades

estrangeiras, demonstra-se com clareza a facilidade do país de relacionar-se com países ocidentais industrializados a lidar com países em desenvolvimento, o que é feito de maneira muito mais problemática.

Ao tratarmos da divisão entre o Ocidente e Oriente, portanto, temos a formação de tal cenário desde a antiguidade, com a produção de forte literatura e relato de experiências a respeito, como as viagens de Marco Polo e o mapeamento de rotas comerciais, a própria Bíblia e fábulas de Mandeville (SAID, 1990). Isso faz com que, ao longo dos tempos, a “lente” pela qual seria observado o Oriente e o seu encontro com o Leste seja estabelecida, com o Oriente vacilando entre “o desprezo ocidental pelo que é familiar e os seus arrepios de prazer – ou temor – pela novidade” (SAID, 1990, p. 207). Ainda

A noção de limites entre o Leste e o Oeste, os graus variados de inferioridade e de força projetadas, o alcance da obra realizada, os tipos de características específicas atribuídas ao Oriente: tudo isso demonstra uma divisão decidida, imaginativa e geográfica, entre o Leste e o Oeste, e vivida por muitos séculos (SAID, 1990, p. 207).

É também interessante observarmos que o Ocidente passa a “cobrar” que o Oriente se adapte às definições, entendimentos e, porque não, ânsias ocidentais. Isso fica bem claro na visão de Von Grunebaum (1964 apud SAID, 1990) na qual expressa que o islã apenas pode modernizar-se caso se reinterprete a partir de um ponto de vista ocidental.

Em relação ao Irã mais especificamente, o medo da Europa é justificado para Said devido ao testemunho de um grande crescimento da religião islâmica (Pérsia, Síria, Egito, Turquia e África). Um evento histórico de destaque na expansão muçulmana foi sua ocupação da Península Ibérica em 711 d.C e o enraizamento de sua cultura e língua no local, criando nos europeus uma certa insegurança diante de uma de tão rápida expansão (SAID, 1990). O Islã passa assim a “simbolizar o terror, a devastação o demoníaco, as hordas de odiosos bárbaros. Para a Europa, o islã era um trauma duradouro” (SAID, 1990, p. 69) e nada mais do que uma releitura⁴ do cristianismo.

Outro aspecto interessante da divisão entre Leste e Oeste, não é somente uma criação do Oriente pela perspectiva ocidental, mas também a capacidade de traduzir toda a riqueza oriental de forma sistemática e compreensível para o europeu. E essa compreensão do Oriente se torna ainda mais fácil pela utilização de "imagens" do Oriente que “(...) representam ou simbolizam uma entidade muito grande, que de outro modo ficaria impossivelmente difusa, e permitem que nós a apreendamos ou vejamos” (SAID, 1990, p. 76). Isso, mais uma vez, é feito através do auxílio de uma grande quantia de textos literários que acabam por

⁴ O autor utiliza a palavra “imitação”.

fundamentar essa ideia sob forma de conhecimento positivo. Said acredita que os principais dogmas a respeito do orientalismo hoje existem nos estudos sobre os árabes e sobre o islã, crença essa que pode ser aplicada ao tema aqui tratado.

O Ocidente teria então, sob a lógica de Said (1990), a imagem do desenvolvido, do racional, do humanitário e superior; enquanto que o Oriente permaneceria sendo a aberração, subdesenvolvida e inferior. E mais ainda: “o Oriente, no fundo, ou é algo a ser temido (...) ou para ser controlado” (SAID, 1990, p. 305). Pouco ou até mesmo nenhum domínio foi tão forte para conter o islã. Mas, sem dúvida, o islã foi de muitas maneiras, uma provocação real: por estar “desconfortavelmente próximo a Europa, geográfica e culturalmente” (SAID, 1990, p. 83). Ockley (1718 apud SAID, 1990, p. 84) refere-se ao movimento como “infecciosa influência” e Said como uma “hostilidade militante ao cristianismo europeu”.

O autor ainda menciona a autoridade de acadêmicos, instituições e governos na produção das teorias e leituras a respeito da área em questão confere

um prestígio ainda maior que o que lhe é devido por seus sucessos práticos. O mais importante é que tais textos podem criar, não apenas o conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever (SAID, 1990, p. 103).

Essa noção de criação de um conhecimento e uma realidade pode ser aplicada à ideia de Jervis (1976) e Stein (2008) a respeito de profecias auto-realizáveis mencionadas anteriormente, ou seja, a criação de uma tradição. Esse pensamento é condensado no seguinte pensamento: o orientalismo é, basicamente, uma espécie de projeção ocidental a respeito dos orientais e uma firme vontade de governá-lo.

O que temos, portanto, é uma difusão de um preconceito embasado por teóricos e pensadores. Said mostra isso citando Carl Becker (1931, apud SAID, 1990, p. 112):

Carl Becker argumentou que, embora o "islã" (note-se a vasta generalidade) tivesse herdado a tradição helênica, não poderia nem apreender nem utilizar a tradição grega, humanista; além disso, para entender o islã deveríamos acima de qualquer outra coisa vê-lo não como urna religião "original", mas como uma espécie de tentativa oriental fracassada de empregar a filosofia grega sem a inspiração criativa que encontramos na Europa da Renascença.

Vemos assim, através das ideias de Becker e muitos outros, uma visão bastante negativa do Islã, dando a uma religião milenar um tom de cópia malsucedida.

Ao pensar no Oriente Médio, nos habitantes dessa região e no que os mantém unificados, um estudo denominado “*The arabs in american textbooks*” traz uma visão bastante perturbadora. Nele, as seguintes afirmações aparecem: “poucas pessoas dessa área [árabe] sabem sequer que há maneiras melhores de se viver” e “o último elo é a hostilidade (o ódio) do árabe em relação aos judeus e à nação de Israel” (SAID, 1990, p. 292). Mais uma vez

assim, se nota uma compreensão do oriente extremamente negativa e dependente de ajuda ou intervenção Ocidental.

Quanto à relação norte-americana com o Oriente, mais especificamente, vemos que ela passa por fases. O que no início não era considerado um relacionamento intenso, hoje é substituído por uma forte presença estadunidense no Oriente Médio, apoiada por “peritos em Oriente Médio que aconselham os planejadores” e que “estão imbuídos de orientalismo até quase o último deles” (SAID, 1990, p. 325). Said considera essa relação de dominação cultural, na qual o Ocidente passa a ser juiz do comportamento oriental. A respeito disso afirma:

Há todo tipo de outras indicações de como é mantida a dominação cultural, tanto por consentimento oriental quanto por pressões econômicas diretas e grosseiras por parte dos Estados Unidos. Faz-nos mais moderados descobrir, por exemplo, que, ao passo que existem dúzias de organizações nos Estados Unidos para estudar o árabe e o Oriente islâmico, não existe nenhuma no próprio Oriente para estudar os Estados Unidos, de longe a maior influência econômica e política na região. Pior, mal existem quaisquer instituições, até mesmo de estatura modesta, no Oriente, devotadas ao estudo do Oriente (SAID, 1990, p. 328).

Dessa forma, com base no que foi exposto anteriormente, a relação do Ocidente, nesse caso dos Estados Unidos, com o Oriente, mais especificamente com o Irã, parece ser influenciada por entendimentos históricos produzidos por estudiosos orientalistas e pelos estudos produzidos por acadêmicos de organizações e instituições ocidentais. Além disso, como previamente discutido, temos que percepções são construídas através das informações a nós acessíveis e que uma vez concebidas, possuem certa rigidez cognitiva.

Em conclusão, o que observamos no presente capítulo é que temos a possibilidade de realizar o estudo das relações internacionais sob três níveis de análise e que a contribuição desses níveis para o presente trabalho ocorre na medida em que fornece ferramentas de pesquisa para sistematizar a pesquisa. As diversas teorias de Relações Internacionais certamente, ao levarem em consideração diferentes atores do cenário internacional, utilizarão esses níveis de análise de formas variadas. Os construtivistas, todavia, permitem que levemos em consideração as ideias dos tomadores de decisão, que por sua vez estão em ação em um mundo socialmente construído, repleto de imagens e interações entre Estados e instituições. A utilização de todos os níveis de análise para o estudo de uma questão é algo criticado pela sua falta de delimitação analítica. No presente trabalho, contudo, apesar de ser dado foco ao nível individual, ou melhor, no processo decisório, não serão deixados de lado elementos sistêmicos ou nacionais que permitam uma análise mais completa do lobby.

De fato, vivemos em um mundo no qual temos ao nosso alcance ideias e valores, construídos e desconstruídos, formando identidades e interesses. A formação das identidades

repercutirá nas percepções e, conseqüentemente, nos discursos. Quando pensamos no âmbito dos tomadores de decisão, vemos o quão relevante tais expressões são na construção das identidades dos próprios Estados, no processo decisório de política externa e na construção do próprio cenário de relações internacionais. Por isso, concluímos que ao fazermos uma análise que busca compreender percepções de identidades, é fundamental que tratemos das ideias, percepções e identidades dos tomadores de decisão dos países em questão.

2 A IDENTIDADE IRANIANA PELOS IRANIANOS

O Irã é hoje considerado uma potência regional no Oriente Médio. Tem expandido sua influência principalmente no Iraque, Líbano e Palestina, apoiado financeiramente grupos terroristas como o Hezbollah, Hamas e milícias na Síria e tornado-se porta-voz das comunidades árabes xiitas do mundo todo. É por isso que alguns autores encaram o Irã como uma das situações mais perigosas que o sistema internacional pode deparar-se futuramente e como um tópico de extrema relevância no estudo das relações internacionais (RUBIN, 2006). Dessa forma, uma série de implicações regionais e globais atrelam-se a esse tema.

Muitos dos estudos acadêmicos de relevância que nos permitem a chegar a uma conclusão a respeito do Irã são produzidos por autores ocidentais. Apesar de tais estudos fornecerem informações claras e relevantes a respeito do Irã, para nos aproximarmos de uma compreensão da real identidade iraniana é interessante utilizarmos também estudos produzidos por estudiosos iranianos e pesquisas feitas com a população iraniana. Além disso, muitas das produções acadêmicas ocidentais, antes da queda da Dinastia Pahlavi, prestaram pouca atenção na religião e cultura xiita (FARSOUN; MASHAYEKHI, 1992). Dessa forma, para o desenvolvimento do presente capítulo e busca por maior compreensão da identidade do Irã, utilizaremos como principal base de estudo a produção teórica de alguns acadêmicos iranianos, como Hossein Bashiriyeh (1984). Tais acadêmicos buscam não somente manterem-se fiéis à descrição da identidade iraniana, como possuem maior compreensão da religião muçulmana e cultura xiita devido sua origem.

Sinto necessário, contudo, expressar a dificuldade de encontrar literatura, em inglês, de iranianos ainda residentes no Irã. É devido a essa dificuldade que, por uma simples facilidade linguística utilizarei, também, autores de origem iraniana que vivem nos Estados Unidos e Inglaterra, como Abrahamian (2008).

2.1 Breve histórico a respeito do Irã

Documentos a respeito do Irã nos levam a crer que a história da região da Pérsia (ver anexo 1) começou em 3200 a.C, com a influência da cultura proto-elamita. Com a chegada dos arianos à região, os impérios Medo e mais tarde Aquemênida se formam. Em 555 a.C, o rei da Pérsia, Ciro, inicia uma guerra contra o império Medo, localizado no noroeste da região (IBGE, 2012). Vencendo a disputa contra os Medos, Ciro reúne o sudoeste e noroeste sob seu domínio. Ele iniciou uma política expansionista, mais tarde perpetuada por seus três filhos. Em 331 a.C, a Pérsia é conquistada por Alexandre, o Grande, que aumentou com essa

conquista seu império. Com seu falecimento, seus generais recebem, em partes, o seu império. Dentre eles, Selêuco recebe a Pérsia e Babilônia (MASH-HOORI, 1999).

É na era Cristã que Roma tem seu interesse pela região despertado, chegando a, após algumas tentativas, conquistar um dos reinos da Pérsia e exercendo influência sobre a região. A influência árabe na região também não pode ser ignorada, visto que durante 641 e 651 conquistam a Pérsia (MASH-HOORI, 1999).

Os turcos, por sua vez, chegam à região apenas em 1040 e unem a Pérsia, Iraque e Síria sob seu domínio. Mesmo sob administração dos turcos, a região não fica livre de invasões. Genghis Khan invade então a região, durante a Idade Média, arrasando muitas cidades, além de dominá-las (IBGE, 2012).

Foi após um período estendido de invasões que, em 1501, a primeira dinastia xiíta se estabeleceu. Os Safavis permaneceram no poder até 1722, e marcaram um período de dominação e controle (BASHIRIYEH, 1984). Sua estrutura desintegrou-se e deu início à dinastia Qajar, confederação tribal de linguagem turca. Os Qajars conquistaram a terra lentamente, em 1780-90. Estabeleceram sua capital em 1786, em Teerã e por mais de um século dominaram o Irã (ABRAHAMIAN, 2008).

Após pressão para modernizar o país e criar uma Constituição, ocorre em 1905-1921 a Revolução Constitucional. De forma proporcional, a impopularidade dos Qajars começa a apontar sua descendência enquanto que grandes conhecedores do Islã, os Ulemás, começam a ganhar força (BASHIRIYEH, 1984).

Os Ulemás conviviam de forma equilibrada com os Safavid, coisa que não ocorreu quando a dinastia Qajar assumiu o poder. A cada vez maior influência ocidental abria espaço para que os Ulemás ganhassem espaço e falassem pela tradição. Tornaram-se assim, importantes personagens da Revolução Constitucional, fazendo parte dela também a população burguesa, chefes tribais, alguns nobres e, claramente, os Ulemás, que contestavam a presença estrangeira no país (BASHIRIYEH, 1984).

Bashiriyeh (1984) aponta, como uma das principais causas dessa desintegração do absolutismo, o imperialismo ocidental, no sentido de que: *“although the state was saved from outright foreign control due mainly to a conflict of interests between two great powers, Britain and Russia, its hold over society declined”* (BASHIRIYEH, 1984, p. 8). Para Abrahamian (2008), foi essa presença ocidental que diminuiu significativamente a relação existente entre os Qajar e a sociedade em geral.

É óbvio que o nascimento de tal Revolução foi algo oriundo de diversas transformações no Irã, e que os Qajars tentaram contê-la. Os processos aqui descritos,

contudo, não terão ênfase dada em tais detalhes, mas uma visão mais ampla de todo o processo será fornecida.

A Assembleia Nacional foi inaugurada em 1906. Após intenso trabalho, dois documentos foram criados: o das Leis Fundamentais e as Leis Fundamentais Suplementarias. Sobre isso, Abrahamian (2008, p. 47) afirma: “*according to eyewitnesses, the drafters of the two documents intended to establish a constitutional monarchy with classic separation of powers between the executive, legislative, and judiciary*”. Tais documentos permaneceram ativos até a Revolução Islâmica e estabeleciam que o Xá seria chefe do executivo, comandante das forças armadas, teria poder de aprovar leis e designar ministros e oficiais do Estado. Mas seu poder era limitado no sentido de que:

the shah had to take an oath of office before the National Assembly, accept ministers elected by it, and sign into law bills passed by it. The shah retained only one real prerogative: the right to appoint thirty senators to a sixty man upper house (ABRAHAMIAN, 2008, p. 47).

Além disso, o poder de voto foi garantido para a tribo Qajar, os nobres, os Ulemás, comerciantes, donos de terras e guildas, entre outros. Em linhas gerais, é com a Revolução Constitucional que diversas classes passam a participar da tomada de decisões, além de espécies de partidos políticos (BASHIRIYEH, 1984).

Apesar da nova Constituição promover mudanças significativas no Irã, o foco no islamismo xiita e sua declaração, dessa vez por escrito, como a religião oficial do país foi a principal delas (ABRAHAMIAN, 2008). É a partir de então que vemos, de forma bastante clara, o entrelaçamento do Estado com religião.

As mudanças promovidas pela Constituição, contudo, encontraram um obstáculo em 1907, durante o governo de Muhammad Ali Shah⁵. Isso ocorreu devido à separação do Irã em três zonas de influência, pela Convenção Anglo-Russa. Essa Convenção declarava o norte do país à Rússia e o sudoeste à Inglaterra. As demais partes seriam consideradas zonas neutras (ABRAHAMIAN, 2008).

A ocupação da Pérsia por parte dos russos e britânicos durante a Primeira Guerra Mundial contribuiu, de forma definitiva, para a derrubada da dinastia Qajar. É então que, em 1920, as aspirações de liberalismo político trazidas pela Constituição acabam com a emergência de um governo autoritário. O enfraquecimento interno na Pérsia resulta, em 1924, devido a um golpe apoiado pelos ingleses, à elevação de Reza Khan ao poder. Inicia-se assim a dinastia Pahlavi (BASHIRIYEH, 1984).

⁵ Xá da dinastia Qajar (ABRAHAMIAN, 2008).

Reza Khan fora criado por uma família militar e seu regime era autoritário. Os poderes dos Ulemá foram diminuídos, práticas religiosas deixaram de ser encorajadas e ênfase foi dada ao período iraniano pré-islâmico. A modesta inclusão social promovida pela Revolução de 1905 foi limitada por um governante ditatorial. É também durante seu governo que, em 1935, a região passa a chamar-se Irã (ABRAHAMIAN, 2008).

Devido a um reinado cada vez mais ditatorial, com destaque aos anos de 1963-79, quando o poder encontrou-se totalmente em suas mãos, Reza Pahlavi tentou, sob todas as formas, manter-se afastado das companhias russas e britânicas. É devido a esse isolamento que, durante a II Guerra Mundial, em disputa pelo petróleo Iraniano, britânicos e russos mais uma vez invadem o Irã (ABRAHAMIAN, 2008). Ambos os países obrigam, então, Reza Pahlavi a colocar seu filho, Mohammad Reza Pahlavi, no poder, acreditando que assim teriam maior flexibilidade para suas ações. Sob apoio de ambos os países estrangeiros, Mohammad Pahlavi passou assim a modernizar o Irã. Essa modernização ficou bastante conhecida principalmente por seu foco no melhoramento da educação pública, nas tentativas de melhorar o sistema de saúde e os projetos de infraestrutura (BASHIRIYEH, 1984).

A pressão para modernizar o Irã começa, todavia, levantar inimigos, com destaque para o clero xiita (BASHIRIYEH, 1984). Com oposições cada vez maiores, o reinado de Mohammad Pahlavi se torna cada vez mais difícil.

Esse breve histórico apresentado a respeito de um país tão rico em história e cultura nos auxiliará a ter uma visão mais ampla de como a identidade iraniana se moldou. Apesar dos muitos detalhes relacionados à sua história não terem sido aqui apresentados, devido à necessidade de nos mantermos firmes ao objetivo do presente trabalho, veremos ainda adiante o desdobramento de uma Revolução que acaba com o reinado de Pahlavi e marca, de forma definitiva, o Estado do Irã.

2.2 A Revolução Islâmica e a identidade iraniana pelas principais forças políticas do Irã

Na história do Irã, durante a Guerra Fria, a luta contra o capitalismo e socialismo não é recente. Sua busca por independência e mudanças democráticas é histórica. Nesse sentido, duas grandes tentativas viram-se malsucedidas devido a interferência de potências estrangeiras no país: a primeira ocorreu quando a Inglaterra e Rússia dividiram o país em diferentes esferas de influência, em 1907, acabando assim com a possibilidade de um governo e uma constituição que promovessem independência e liberdade. A segunda tentativa, em 1953, por sua vez, foi marcada pela intervenção norte-americana, que se utilizou da Agência

Central de Inteligência (CIA) para dar um fim ao governo nacionalista do primeiro-ministro Dr. Mohammad Mossadegh (SIMBAR, 2007). É por isso que Reza Simbar (2007) afirma que, para o Irã, manter sua soberania é algo tão importante, pois por muito tempo, os iranianos enxergavam potências estrangeiras como as principais influências na delimitação da política iraniana.

Após a Revolução Branca, em 1963, promovida pelo Xá Reza Pahlevi, o governo engajou-se na busca pela modernização da sociedade e da economia, apoiado pelos Estados Unidos. Isso fez com que a sociedade tradicional visse suas bases se desintegrando. Além disso, a promessa por melhoras econômicas nas vidas dos cidadãos foi tornando-se cada vez mais distante com o fracasso da tentativa de modernização na maioria dos países muçulmanos entre os anos 70 e 80. Esse desequilíbrio torna-se uma das principais causas de insatisfação da classe intelectual urbana. A situação econômica instável também tocou nas feridas da população empobrecida por razão da modernização agrícola. Quebra-se assim a confiança no projeto nacionalista que se alia, ao mesmo tempo, à crise do Estado-Nação devido à desigualdade social crescente (CASTELLS, 1996).

Foi em meio a esses problemas que, em 1979, após 2500 anos de tradição, os iranianos abandonaram a monarquia. O governo autocrático⁶ sempre fizera parte da história iraniana. Até então, poucos iranianos acreditavam ser possível a monarquia ceder diante de pressões populares. Foi então que no dia 1 de fevereiro de 1979, sob guia do líder espiritual do mundo moderno, Aiatolá⁷ Ruhollah Khomeini, o mundo presenciou a Revolução Islâmica do Irã e a eleição do primeiro Presidente da República Islâmica, Abolhasan Bani-Sadr, em 1980 (FOLTZ, 2004). Dentre as mobilizações revolucionárias, temos como sua maior força os estudantes, intelectuais, comerciantes e trabalhadores rurais (CASTELLS, 1996).

É nesse cenário extremista e desequilibrado que as ideias radicais de uma teocracia utópica surgiram, convocando os muçulmanos a tomarem de volta o que lhes pertencia, expulsar os governantes criminosos e corruptos e marchar rumo a um governo Islâmico. Nesse período pós-monárquico, os líderes religiosos eruditos do Irã se recusaram a assumir posições no governo que surgia. Isso porque os ensinamentos estabelecidos pela política xiita estabeleciam que enquanto o Prometido Imam não retornasse, até mesmo um governo Islâmico não era permitido. Entretanto, Khomeini, em busca de poder, teve que modificar a doutrina a seu favor, literalmente na forma de sua pessoa: no dia de seu retorno ao Irã,

⁶ Exceto durante os anos 1951-1953, quando um golpe envolvendo a CIA estabeleceu a democracia pela eleição de Mohammad Mosaddeq (FOLTZ, 2004).

⁷ Título dado ao mais alto nível de escolaridade do islamismo xiita (CASTELLS, 1942).

clamava-se o “retorno do Imam”. Isso significou, para o Irã, que os maiores conhecedores das leis Islâmicas acabaram abrindo caminho para que um líder menos apto a interpretar a lei Islâmica assumisse o poder. (FOLTZ, 2004)

Para avaliar a opinião pública, em 1982, Khomeini chegou a circular uma pesquisa entre a população para descobrir se a República Islâmica tinha aceitação. O resultado foi ostensivamente quase que um sim unânime, (SIMBAR, 2007) advindo da satisfação da população com o discurso de Khomeini, que relacionava o princípio de independência e liberdade com a doutrina Islâmica. Posteriormente, a própria República Islâmica foi construída em cima dessas ideias.

É preciso salientar que a Revolução não representou apenas uma luta pelo destino político, mas uma luta pela própria identidade cultural através de uma revitalização do fundamentalismo islâmico e a total submissão do Estado à religião. Em outras palavras, ela foi uma “politização do sagrado” (CASTELLS, 1999, p. 33).

Quanto à credibilidade norte-americana, temos que ela estava em declínio desde seu apoio ao governo do Xá, extremamente impopular, e ao seu exército. As ações estadunidenses eram vistas de forma hostil e, para Simbar (2007), a incapacidade que eles apresentaram de assumir os erros que cometeram nos anos anteriores, uma vez concretizada a Revolução Islâmica, foi o fim da influência estadunidense para os iranianos.

A partir da Revolução, a política externa do país transformou-se de inúmeras formas. Um dos exemplos que claramente demonstram essa mudança é a situação nuclear iraniana. Temos que, apesar da ajuda inicial norte-americana para a fundação do programa nuclear iraniano em 1957, em 1979, a cooperação cessou. O apoio logo se transformou em boicote. Além dos Estados Unidos cortarem o fornecimento de urânio enriquecido, a companhia alemã que havia iniciado a construção do reator Bushehr interrompeu suas ações. Os altos investimentos iranianos na companhia de enriquecimento de urânio francesa, Eurodif, também sofreram. A companhia, apesar da parceria com o governo iraniano, não realizou os fornecimentos de urânio enriquecido que pertenciam ao Irã (NRSB, 2009). O sistema de alianças regional também foi afetado com o fim do apoio a Israel e início de uma melhor relação com os palestinos; e em por fim, o apoio antes dado ao Ocidente e, mais especificamente aos Estados Unidos, transformou-se numa ativa participação na ONU, sob forma do “*the non-aligned movement, the Islamic Conference and other international organizations*” (SIMBAR, 2007, p. 58).

Apesar do plano ambicioso, fundamentado por uma ideologia forte, a prioridade dos revolucionários era de fortalecer seu poder no Irã antes de influenciar outras comunidades

islâmicas a fazerem o mesmo. Essas ideias, aliadas ao esforço para manter os Estados Unidos cada vez mais longe das decisões iranianas, resultaram no início do desconforto estadunidense (RUBIN, 2006). Depois da Revolução, o Irã tornou-se um país com postura antiamericana, anti-israelense e anti-*status quo*, modificando não somente sua política externa, mas também solidificando essa nova postura em sua Constituição⁸ (SIMBAR, 2007).

A Revolução, contudo, não produziu apenas resultados negativos visto que muitos avanços ocorreram no país. As áreas mais pobres passaram a receber componentes das necessidades básicas, como água e eletricidade. Muitos investimentos, ainda, foram feitos nos setores da educação e saúde, possibilitados pelo *boom* econômico causado pelos preços do petróleo (ABOOTALEBI, 2004 apud SIMBAR, 2007). Khomeini, em seu testemunho final em 1989, reafirmou seu desejo de criar um império de absoluta perfeição e beleza (RUBIN, 2006).

O surgimento e concretização da Revolução Islâmica são relevantes, pois sua influência sobre a identidade iraniana é presente até os dias atuais. Além da importância que a Revolução tem na formação da identidade iraniana, Simbar (2007) afirma que não é possível compreender a natureza das transformações – sociais e políticas – pelas quais o Irã passou sem compreender as ideias da religião islâmica e o quanto tais ideias influenciam os líderes xiitas. É devido a elas que o regime do Irã possui um caráter islâmico e extremista e é por esse motivo que tais ideias serão discutidas mais adiante.

Esse breve histórico nos permite compreender o motivo iraniano de tão forte repulsa frente a qualquer influência ou interferência advinda de países estrangeiros. Para a nação iraniana, o caminho para a reforma e desenvolvimento social deve ser traçado independentemente. Essa independência aplica-se inclusive no desenvolvimento de seu potencial nuclear para fins civis, como alegado pelo governo. A impressão que nos é transmitida é a de que qualquer ação externa que seja feita no país representará, aos olhos da população e do próprio governo, uma regressão aos tempos de dominação e interferência, e é justamente contra esse período que os iranianos lutam incansavelmente. É justamente nessa luta que conseguimos identificar atores políticos, religiosos, sociais e militares que compõe a identidade iraniana hoje. Veremos a seguir, portanto, a identidade iraniana pelo governo de Ahmadinejad, pelos aiatolás, pela Guarda Civil Revolucionária e, por fim, pela sociedade civil.

⁸ Conteúdo presente nos artigos 2, 9, 43, 81, 146, 152 e 153 da Constituição Islâmica de 24 de outubro de 1979 estabelecendo proibições referentes ao contato iraniano com países estrangeiros e guias para sua política externa (IRÃ, 1979).

2.2.1 A identidade iraniana pelo governo de Ahmadinejad

A atual Constituição iraniana data de 1979, em vigor desde a Revolução Islâmica. Nela, foi estabelecida a estrutura do processo decisório e da disposição do governo iraniano, compostas pelos poderes: executivo, judicial, legislativo e a posição do Guia Supremo (IRÃ, 1979).

Existem duas formas de corpos políticos: os eleitos e os não eleitos. Dentre os eleitos, temos a posição do Presidente e do Parlamento, cujo papel é, respectivamente, governar e legislar. O Presidente é também responsável por designar os governadores provinciais, que exercem influência significativa na administração de suas localidades (SALLAM; MANDELBAUM; GRACE, 2007). Os não eleitos, por sua vez, são o Conselho de Guardiões e o Guia Supremo⁹. Cabe ao Conselho aprovar ou vetar a legislação do Parlamento, o que resulta em uma espécie de controle sobre o Parlamento. Além disso, o Conselho possui, também, o poder de selecionar os candidatos que podem concorrer à presidência. Já à posição do Líder Supremo, cabe o comando das forças armadas, a competência de demitir, ou não, o Presidente, e nomeação de 50% dos membros do Conselho de Guardiões (seis dos doze membros). Dessa forma, estão subordinados ao controle do Líder Supremo o cenário militar, diplomático e legislativo. Observamos, assim, que não se pode fazer política ou guerra no Irã sem a aprovação do Líder Supremo (PINTO, 2007).

Ao levarmos em conta a esfera política e demais atores que, mesmo não eleitos através de eleições, influenciam a política iraniana, temos, também os aiatolás que, individualmente, acabam exercendo poder através de sua influência, entre outros, como a Guarda Revolucionária, que por sua vez exerce controle sobre o Basij, organização paramilitar voluntária que defende fielmente o Islã e a implantação de seus valores através da resistência popular (HASSAN, 2008). Sallam, Mandelbaum e Grace (2007) comparam esse poder quase que compartilhado ao poder feudal, com um processo decisório desagregado. É devido a essa multiplicidade de atores no campo político iraniano que tais grupos, mesmo não eleitos, conseguem exercer influência.

Apesar de existentes, as eleições são consideradas semi-competitivas (SALLAM; MANDELBAUM; GRACE, 2007) devido ao estabelecido no Artigo 115 (IRÃ, 1979), no qual se afirma que:

The President must be elected from among religious and political personalities possessing the following qualifications: Iranian origin; Iranian nationality;

⁹ Representado atualmente por Sayyid Ali Khamenei, a posição do Guia Supremo é designada pela Assembleia dos Peritos (SALLAM; MANDELBAUM; GRACE, 2007).

administrative capacity and resourcefulness; a good past-record; trustworthiness and piety; convinced belief in the fundamental principles of the Islamic Republic of Iran and the official madhhab¹⁰ of the country.

Observa-se, portanto, que apesar das eleições ocorrerem em todos os níveis, os candidatos são limitados devido às suas crenças religiosas, e que, somente quando eleitos participam na tomada de decisões. É importante, contudo, constatar uma importante característica da situação política iraniana: embora as eleições presidenciais sejam livres e diretas, as decisões dos membros do governo eleitos pelo povo (Presidente e Parlamentares) passam por certo controle dos membros não eleitos (Conselho de Guardiões e Líder Supremo), que precisam da legitimidade popular da qual o Presidente e Parlamentares gozam. Ou seja, há espaço para questionarmos o quanto das decisões tomadas pelo governo iraniano representam a vontade daqueles eleitos pela população.

Para Simbar (2007), desde a Revolução, alguns sinais de democracia têm aparecido no país. Uma delas pode ser observada nas eleições de 2005, quando oito candidatos debateram a respeito de seus programas no rádio e na televisão: o problema, na realidade, consiste no fato de que a própria Constituição do governo iraniano é que restringe e limita quais candidatos poderiam concorrer. Nas palavras do autor, o que falta, na realidade, é “*a system of civil liberties and association, autonomous civil society, and other individual liberties*” (SIMBAR, 2007, p. 70). Contudo, comparado a o que precedeu no Irã em sua história política, não se pode negar que alguma evolução ocorreu.

O resultado do debate de 2005 foi a eleição do atual Presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad. Sua eleição representou um marco importante para o Irã, pois Ahmadinejad tornou-se o primeiro Presidente, em 24 anos, a não fazer parte do clero religioso (HASSAN, 2008). Cabe aqui dizer que, de acordo com a Constituição Islâmica, cada Presidente é eleito para um mandato de quatro anos, através de eleições diretas, podendo ser reeleito sucessivamente apenas uma vez.

Nascido em uma família simples, na vila de Aradan, Ahmadinejad especializou-se em engenharia de trânsito e transporte, chegando a tornar-se Ph.D na área. Ao longo de sua vida, participou ativamente de atos em prol do fortalecimento da Revolução Islâmica. Foi membro, assim, da Guarda Revolucionária Islâmica, em 1986, foi cofundador da Sociedade Islâmica de estudantes, participou na guerra do Iraque e foi instrutor do Basij. Apesar de ser bastante

¹⁰ Escola de pensamento e de jurisprudência islâmica. Dividem-se em quatro escolas, sendo elas: a Hanafi, a Maliki, a Shafi'i e a Hanbali. Cada uma fundada por um Imam, essas escolas podem ser consideradas como uma espécie de constituição religiosa. Apenas os muçulmanos sunitas crêem na legitimidade das quatro escolas. É importante, contudo, utilizarmos a expressão “escola de pensamento” e não “crenças” ao nos referirmos a essas escolas (LIVING AS A MUSLIM, 2012).

desconhecido internacionalmente até ocupar o cargo de Presidente, Ahmadinejad chegou a ser prefeito de Teerã em 2003 (HASSAN, 2008).

Sua campanha presidencial aderiu a uma política mais agressiva, se comparada a governos iranianos anteriores, e partiu em busca de uma nova forma de ação do Irã além de suas fronteiras (SIMBAR, 2007). A promessa do fim da corrupção, melhoras econômicas ambiciosas para a população menos favorecida e firmeza nas leis islâmicas garantiu a vitória dos ortodoxos radicais contra o conservador pragmático¹¹, Akbar Hashemi Rafsanjani (HASSAN, 2008).

O pensamento político de Ahmadinejad é influenciado por um movimento político chamado Abadgaran. Com origem em 2003, o grupo é formado por islâmicos ortodoxos, originários de uma fusão entre grupos militares, como a Guarda Revolucionária Islâmica (GRI), para-militares, como o Basij, e conservadores-extremistas religiosos. Seu apoio é originário dos mulás, dos Basij, da população menos favorecida socialmente e dos integrantes da GRI (PINTO, 2007). Ele conta também com o apoio de uma classe situada no *bazaar*, onde realizam comércio e possuem fundações de caridade e associações, utilizados em esquemas de corrupção (HASSAN, 2008).

Ahadinejad passou a defender os valores islâmicos e atacar atos considerados “não-islâmicos”. Atos esses que, para o Presidente, haviam se infiltrado no governo iraniano após a morte de Khomeini em 1989. Na busca do retorno às suas raízes islâmicas, o então Presidente do Irã tomou medidas radicais: promoveu reformas econômicas, prometeu justiça social e estabeleceu a meta de tornar o país uma nação poderosa e avançada (SIMBAR, 2007).

Alguns traços do Presidente são bem delineados nas declarações que faz: ele fala abertamente sobre a busca do Irã por armas nucleares enquanto que outros membros do governo continuam a afirmar timidamente que o poder nuclear iraniano tem um viés energético e, além disso, Ahmadinejad freqüentemente refere-se à destruição de Israel (RUBIN, 2006). Ademais, o Presidente já chegou a declarar ter uma “Relação com Deus” e ser líder de uma segunda Revolução: “(...) *I told you that the second wave of the [1979 Islamic] Revolution has already begun [with my election to the presidency in 2005], and that it is bigger and more terrible than the first...*” (AHMADINEJAD, 2006).

Dentre outras declarações polêmicas do Presidente, temos sua promessa de continuar o enriquecimento de urânio para o desenvolvimento de energia nuclear – alegadamente para

¹¹ “Os conservadores pragmáticos defendem o modelo islâmico puro (não questionam de todo a estrutura teológica do poder), embora flexível (no plano econômico, uma maior abertura e, no plano exterior, a necessidade de encontrar um *modus vivendi* pragmático com o Ocidente, principalmente com os EUA)” (PINTO, 2007, p. 203).

fins civis – sem hesitar perante o Ocidente e sua confiança de que os ocidentais não irão confrontar o Irã, afirmando que eles apenas ameaçam, mas que a vitória é certa. Além disso, a seu ver, caso o Irã recue em relação a seu plano nuclear, tal recuo poderá ser visto como uma fraqueza frente às pressões estrangeiras, o que nos leva ao anteriormente citado modelo de Dissuasão de Jervis (1976). Chegou a declarar que as aspirações do então Presidente estadunidense, George W. Bush eram tão inspiradas quanto às iranianas, a diferença era de que as de Bush eram inspiradas pelo Satã. Declarou também que “*wherever the US and its allies have stepped, terrorism and dispute prevail there*” (AHMADINEJADb, 2011).

Sobre os problemas do cenário global, o Presidente iraniano culpou a governança de pessoas injustas em altas posições dos centros globais. Essas mesmas pessoas seriam os líderes tiranos que se utilizaram da corrupção e discriminação para impor a escravatura e o colonialismo. Segundo ele, são essas pessoas que os tanto Iranianos temem e odeiam, e é por isso que buscam hoje a justiça, liberdade e, principalmente, dignidade (AHMADINEJADb, 2011).

O discurso do Presidente baseia-se no argumento de que se a nação está unida, potência alguma pode impedir seu progresso, nem mesmo aquelas que, arrogantes, buscam dominar nações e roubar suas riquezas: “*The world's tyrants, by relying on evil powers and desires, seek to massacre and dominate nations, and also so plunder their possessions*” (AHMADINEJADa, 2011).

Sobre a sua visão da nação iraniana, o Presidente afirma que o país possui uma cultura milenar e civilizada, tendo influenciado muitas outras nações ao longo dos anos sem ter interesse em seus recursos naturais e riquezas, e que, para isso, jamais precisaram utilizar-se do terrorismo e de armas. Para Ahmadinejad, a cultura e o conhecimento são as bases de uma civilização, e não armas e bombas e, não fossem os oito anos de guerras impostas ao Irã, hoje a República Islâmica seria uma das nações mais avançadas do mundo.

Tem-se assim, um pouco da identidade iraniana através do governo do país. Vemos, portanto, que o governo iraniano tem crença inabalável em seu papel como uma nação de Deus, baseada em princípios Islâmicos, e como protetor da nação muçulmana. O governo alega, também, o fato de que, em sua história, o povo iraniano nunca exerceu dominação sobre outros povos ou até mesmo agiram em razão de interesse em suas riquezas, sendo seu único foco tornar-se a prometida nação gloriosa. Ahmadinejad tem governado, desde sua eleição em 2005, com caráter populista e apoio de ultra-ortodoxos como o próprio líder Supremo, Khamenei. O Presidente tem se mostrado irredutível frente à críticas internacionais e sustentado, à duras custas do ponto de vista mundial, um governo autoritário, apoiador de

grupos terroristas e com desrespeito aos direitos humanos. O que não deve ser feito é responsabilizar a Nação iraniana, milenar em sua cultura e existência, pelas ações de um decisor radical. Vejamos assim, para melhor análise, os outros atores que moldam a identidade iraniana.

2.2.2 A identidade iraniana pelos aiatolás

A etimologia da palavra Islã, no vocabulário árabe, significa a submissão dos fracos aos fortes (FOLTZ, 2004) e remete àquele que se submeteu a Alá e à sua vontade. Não podemos cometer o erro de supor que todo o Islã é fundamentalista, visto que, assim como as demais religiões, divide-se em interpretações variadas. A diferença entre essas interpretações consiste, basicamente, na compreensão da *Sharia*¹² e *Hadith*¹³. Enquanto algumas interpretações são mais flexíveis, outras seguem um viés mais rígido, sem adaptar-se completamente às mudanças históricas e sociais. A segunda forma de interpretação é baseada na fusão da *Sharia* com a aplicação dos princípios islâmicos pelas autoridades de uma forma radical e conservadora, por meio da força e violência (CASTELLS, 1999). É com essa interpretação que os aiatolás de maior destaque no Irã difundem o Islã.

O Irã deparou-se, em um determinado momento de sua história, com duas faces distintas do Ocidente: a face desenvolvida e a face colonizadora, considerada sinônimo de dominação. A sujeição do Irã a essas duas faces toma hoje a forma de três tipos de relação do islamismo com o ocidente. São elas: o Islã tradicional, o Islã fundamentalista e o Islã modernista ou reformista (ESHKEVARI; HOSSEINI; TAPPER, 2006).

Uma diferença bem delimitada entre o Islã tradicional, o Islã fundamentalista e o Islã modernista ou reformista é de extrema importância não somente para a compreensão da identidade iraniana, mas também para que não ocorram generalizações ao falarmos do Islã.

Os seguidores do Islã tradicionalista não se envolvem com política, seguem o Islã e suas heranças inquestionavelmente e opõe-se a alguns produtos da modernidade. Para eles, as diferenças entre o Irã e a modernidade são irreconciliáveis, mas mesmo assim vivem paralelamente e pacificamente a essa modernidade, com a convicção de que, no futuro, esse mundo paralelo tornar-se-á seguidor da religião verdadeira: o Islã. Os fundamentalistas, por sua vez, são tradicionalistas, porém com um aspecto político e militar. O aspecto político se

¹² Lei Divina constituída pelo Corão ao longo de dois séculos principalmente no Irã para autenticar as histórias de Muhammad e estabelecer assim, um código social universal (FOLTZ, 2004).

¹³ Relatos a respeito dos feitos de Muhammad, que hoje servem como fonte da jurisprudência Islâmica, principalmente na esfera cultural do Irã (FOLTZ, 2004).

dá pelo próprio envolvimento dos aiatolás com governantes e até pela ocupação de postos do governo. Quanto ao aspecto militar, esse se dá pela utilização, por parte dos aiatolás, de grupos como a Guarda Revolucionária Islâmica (GRI) para manter seu status e a ordem. Sua visão da modernidade é de algo que se opõe à religião, com aspectos extremamente problemáticos. Combatem-na, portanto, utilizando os princípios islâmicos e a Guerra Santa, Jihad (ESHKEVARI; HOSSEINI; TAPPER, 2006, p. 157):

With an intense sense of religious nostalgia, they want, by reviving political Islam 'through the revival of an Islamic caliphate', and by jihad against the West and all the infidels, to [re]create a Power similar to that of the Umayyads and Abbasids and the early Ottoman Caliph¹⁴. For them, political power and militarism are a basic necessity, to compensate for decline, backwardness and powerlessness.

O Islã modernista apresenta uma visão mais moderada tanto em relação ao Islã quanto em relação à modernidade, ou seja, embora aceitem alguns progressos modernos, não se submetem cegamente a eles e nem seguem estritamente os ensinamentos islâmicos. Eles crêem, portanto, no “progresso e evolução dos aspectos positivos e renováveis de cada ensinamento” (ESHKEVARI; HOSSEINI; TAPPER, 2006, p. 157, tradução nossa), ou melhor, na utilização dos princípios positivos de cada um. Seu lado reformista propõe ainda uma reconstrução das instituições religiosas e sociais em busca de liberdade e democracia. Isso é representado pelas seguintes palavras dos autores:

If we examine the slogans and ideals raised in the Islamic Revolution, we see clearly that they all came from a reconstructed, modernist and reformist Islam (ESHKEVARI; HOSSEINI; TAPPER, 2006, p. 158).

Na presente análise, o foco será voltado aos Islâmicos fundamentalistas, visto que eles compõem não somente a ideologia do governo do Irã, como a crença da maioria de sua população. Não é, todavia, a única religião existente no país: temos a presença dos muçulmanos tradicionais, modernistas e reformistas, judeus, cristãos e de minorias religiosas, como a Fé Bahá'í¹⁵. Vejamos, assim, de forma mais detalhada, o que seria o fundamentalismo islâmico.

O fundamentalismo religioso é, segundo Castells (1999, p. 29):

a construção da identidade coletiva segundo a identificação do comportamento individual e das instituições da sociedade com as normas oriundas da lei de Deus, interpretadas por uma autoridade definida que atua como intermediária entre Deus e a humanidade.

¹⁴ Antigos impérios muçulmanos (HANN; DABROWSKA, 2008).

¹⁵ Maior minoria religiosa no Irã. Fundada na cidade de Shiráz em 1840, pelo Báb, a Fé Bahá'í possui princípios como a igualdade entre homens e mulheres, uma língua universal, unidade na diversidade, tolerância frente à todas as religiões e unidade entre ciência e religião. Estima-se que hoje atinjam o número de quase um milhão de seguidores. O número inexato de crentes se dá por conta da perseguição dos bahá'is iranianos, o que impede que, por sua segurança, haja um banco de dados com tais informações (ABRAHAMIAN, 2008).

Essa definição, no caso Iraniano, se concretiza na atual Constituição e, conseqüentemente, no governo. Pode-se dizer assim, que existe uma “manipulação de materiais tradicionais para a formação de um novo mundo divino e comunal” (CASTELLS, 1999, p. 37).

Como anteriormente visto, o governo iraniano recebe influências de indivíduos que muitas vezes não possuem cargos políticos. Dentre essas influências, temos os aiatolás, que fazem parte do clero e são considerados sinais de Deus na terra. Tradicionalmente, o clero islâmico é extremamente respeitado pela comunidade xiita, comunidade essa que crê na inquestionável submissão às leis divinas interpretadas por teólogos designados (FOLTZ, 2004).

Símbolos da moralidade sócio-religiosa, a relação entre o clero e os crentes passou do campo religioso para o campo espiritual e político. Para manter essa relação, o clero utilizou-se de pressões para firmar a absoluta submissão do povo ao Islã. Dessa forma, consolidou sua posição político-religiosa e a submissão das leis ao islã (PARVIN; VAZIRI, 1992).

Porém, apesar das mudanças, o propósito do clero continuou o mesmo: reabilitar a população islâmica, que, segundo eles, havia sido contaminada pelos valores ocidentais. As muitas proibições nos campos das ciências, artes e liberdade política foram motivo, inclusive, da saída de muitos profissionais do país. A escolha de sair do país, contudo, é interpretada como um reflexo para escapar da cultura impositiva do clero e não uma fuga do Islamismo (PARVIN; VAZIRI, 1992, p. 122): *the clergy can perpetuate its absolute rule, violating democracy even in theory according to Western precepts that stipulate the free expression of the will of the people as a prerequisite.*

A Revolução Islâmica, apesar do apoio popular, não modificou a situação da política da sociedade iraniana: ela continuou fragmentada, imposta e com desequilíbrios sociais. Farsoun e Mashayekhi (1992, p. 27) colocam esse fato da seguinte forma: *iranians, after a successful struggle against despotism, failed to rise above their entrenched political culture and ended up with a new form of repressive regime.* Os autores apontam ainda que esse fato é importante para que aprendam a não culpar mais os estrangeiros por sua situação, mas aceitar seus próprios fracassos, visto que os iranianos encontram-se hoje reprimidos pelas suas próprias raízes religiosas (PARVIN; VAZIRI; FARSOON; MASHAYEKHI, 1992).

Se compararmos a estrutura do governo iraniano com a de um país laico, como o Brasil, é possível compreendermos de forma mais clara a estrutura do governo do Irã. Isso

porque, no Brasil, podemos observar uma separação constitucional¹⁶ clara entre o governo e a religião, na qual se estabelece liberdade religiosa. No Irã, por sua vez, nos deparamos com uma unificação do corpo religioso e governamental. As campanhas políticas só ocorrem caso os candidatos cumpram os requisitos religiosos estabelecidos pela Constituição Islâmica e, uma vez eleitos, suas decisões precisam estar de acordo com o Líder Supremo, que é tanto a posição máxima do governo quanto a posição máxima religiosa. Além disso, não podemos deixar de lado o aspecto militar dos aiatolás, que creem na defesa do Islã a quaisquer custos, mantendo assim uma íntima relação com a Guarda Revolucionária Islâmica.

2.2.3 A identidade iraniana pela Guarda Revolucionária Islâmica

É certo que o estudo da identidade militar de um país autoritário, principalmente como o Irã, fornece informações importantes para a compreensão de sua identidade. O foco no presente trabalho, contudo, será dado à Guarda Revolucionária Islâmica (GRI), corpo militar paralelo às forças armadas regulares. Primeiro, porque sua relação com o Presidente iraniano é representada uma importante aliança e apoio mútuo. Segundo, porque a GRI controla um leque de aspectos da sociedade iraniana, como a vida política, social, e até mesmo econômica, como melhor abordado adiante (PINTO, 2007).

A GRI, criada formalmente por decreto de Khomeini após a Revolução de 1979 (ALFONEH, 2008), tinha como objetivo proteger o novo sistema instituído no país e as ideias revolucionárias que levaram a sua instituição. Seu objetivo, portanto, era distante do dever pelo qual os militares do país eram responsáveis, como a proteção das fronteiras e da ordem interna do Irã. Ao longo do tempo, contudo, os papéis se inverteram e hoje a GRI se responsabiliza pela ordem pública e pelo desenvolvimento das 125 mil tropas ativas nos campos militar, naval e aeronáutico. Seu controle estende-se também sobre a *Basij Resistance Force*, milícia Islâmica composta, voluntariamente, por homens e mulheres (BBC, 2009).

A GRI desempenha um importante papel na sociedade iraniana e é considerada uma força dominante no país (BBC, 2009). Sua atuação não se restringe à força militar, mas também à política e à econômica. Contudo, sua influência, como vimos acima, nem sempre foi tão branda (KHALAJI, 2007).

¹⁶ A referência a uma “separação constitucional” foi escolhida para demonstrar que a separação entre religião e governo são objetivadas no Brasil. Apesar disso, é de conhecimento geral que discussões de cunho religioso muitas vezes penetram a arena política – como a discussão referente ao aborto – ademais, a própria representação de imagens religiosas é algo comum nos diversos cenários brasileiros. O foco aqui, contudo, é justamente no direito que existe no Brasil de não somente os indivíduos possuírem liberdade religiosa, como aqueles candidatos aos diversos postos políticos, inclusive para o cargo de Presidente.

Aiatolá Khomeini deixou estabelecido em seu testamento que as forças militares deveriam se abster de interferir ou se envolver nos assuntos políticos do Irã. Observamos, todavia, que o que ocorre hoje é exatamente o oposto, como veremos adiante. (KHALAJI, 2007) Temos portanto, uma discussão legal a respeito do campo de ação da GRI. Seu propósito é definido no artigo 150 da Constituição Iraniana:

The Islamic Revolution Guards Corps, organized in the early days of the triumph of the Revolution, is to be maintained so that it may continue in its role of guarding the Revolution and its achievements. The scope of the duties of this Corps, and its areas of responsibility, in relation to the duties and areas of responsibility of the other armed forces, are to be determined by law, with emphasis on brotherly cooperation and harmony among them (IRÃ, 1979).

Dessa forma, vemos a clara declaração de seu propósito, o de preservar a Revolução e suas conquistas, e que o artigo não faz referência a um possível papel político que a GRI deveria assumir (ALFONEH, 2008). Observamos, além disso, que não se faz referência a respeito de quem ou o que seria uma ameaça a ser contida pela Guarda, o que deixa sua missão bastante branda.

O seguinte trecho do preâmbulo da Constituição nos fornece algo mais sobre as responsabilidades da GRI:

In the formation and equipping of the country's defense forces, due attention must be paid to faith and ideology as the basic criteria. Accordingly, the Army of the Islamic Republic of Iran and the Islamic Revolutionary Guards Corps are to be organized in conformity with this goal, and they will be responsible not only for guarding and preserving the frontiers of the country, but also for fulfilling the ideological mission of jihad in God's way; that is, extending the sovereignty of God's law throughout the world (this is in accordance with the Koranic verse "Prepare against them whatever force you are able to muster, and strings of horses, striking fear into the enemy of God and your enemy, and others besides them (IRÃ, 1979).

O trecho acima nos traz assim, parte importante da identidade da Guarda, sendo ela, portanto, a de promover a lei soberana de Deus¹⁷ no mundo.

Em 1980, o órgão oficial da GRI, *Payam-e Enghelab*, tratou de definir as obrigações da Guarda. Seriam elas, portanto, o dever de cooperar em matéria de segurança com os militares e deter, por meio de perseguição ou prisão, quaisquer movimentos contra a Revolução e seus promotores, preservando assim a ordem pública. Era necessário também, contar sempre com a permissão do governo e estar sob supervisão do Conselho da Revolução (ALFONEH, 2008).

Já por volta de julho de 1981, uma nova edição do *Payam-e Enghelab* trouxe uma dimensão política à GRI ao colocar como suas duas tarefas principais guardar os princípios de governo Islâmicos e o princípio da Jihad. Em 1982, a aprovação do estatuto da GRI pelo

¹⁷ Devemos nos lembrar de que Deus, para os muçulmanos, é Alá, não sendo válida qualquer outra representação ou referência que não a Islâmica.

Parlamento consolidou seu papel positivamente. No estatuto ficaram proibidas ações políticas por parte de indivíduos da GRI, mas não sua interferência conjunta. Consolida-se assim, não somente a formação de um corpo de defesa militar de inimigos estrangeiros, como, principalmente, de inimigos internos, em prol da defesa da ideologia da República Islâmica (ALFONEH, 2008).

Utilizada muitas vezes para coagir e exterminar inimigos políticos de Khomeini, o primeiro grupo combatido pela GRI foi o Tudeh, partido comunista iraniano. Hoje, o comandante-chefe das forças armadas, o Líder Supremo Aiatolá Ali Khamenei, têm se utilizado de sua relação próxima com a GRI para expandir sua influência e poder. Ele tem também, ao longo dos anos, indicado ex-membros da GRI para altas posições políticas, mais uma vez causando confusão entre os braços político e militar do governo. Dentre esses ex-membros, como citado anteriormente, temos o próprio Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad (KHALAJI, 2007).

Sob direção de Ahmadinejad, a participação da GRI ganhou novo impulso. Isso pode ser percebido no número significativo de membros do gabinete do Presidente, que são ex-membros da GRI, além dos ex-oficiais nomeados para ocupar cargos de governadores provinciais. Tais cargos apresentam influência considerável por, muitas vezes, apoiar candidatos às eleições presidenciais por meio do desvio de verbas públicas. O próprio Conselho de Guardiões, ao considerar os candidatos às eleições, dão preferência a veteranos da GRI, como demonstrado nas eleições parlamentares de 2008 (ALFONEH, 2008). Assim podemos concluir que a influência da GRI sobre o processo decisório é cada vez mais significativa.

Em contrapartida, o governo recebe o apoio da GRI se dá através de declarações a favor do governo e ameaças aos críticos de Ahmadinejad. Essa relação entre Khamenei, Ahmadinejad e a GRI tem sido cada vez mais entrelaçada e não parece ser algo temporário (ALFONEH, 2008).

O poder GRI é fomentado pelo fato dela possuir sua própria agência de inteligência, denominada “*Unit of Reservation of Intelligence*”, operante tanto dentro quanto fora do Irã. Sabe-se, também, que os mísseis estratégicos iranianos, chamados de *Shahab*, encontram-se nas mãos da GRI e especula-se que os armamentos nucleares também. Ainda mais, como anteriormente mencionado, a GRI é um componente significativo na economia do Irã. Apesar de possuírem controle de setores econômicos tais como telecomunicações e obras públicas, suas atividades envolvem principalmente o contrabando (PINTO, 2007). A Guarda chegou até a ser dona de grandes companhias do país como o Grupo Bahman, a montadora da Mazda no

país. Quanto a exemplos de envolvimento da Guarda em atividades ilegais, temos a utilização do aeroporto Imam Khomeini, em Teerã, como centro de importação de produtos sem tarifas no ano de 2004 (KHALAJI, 2007).

Esse envolvimento econômico ocorre também por meio de auxílio do governo, que tem colocado nas mãos da GRI empresas públicas a preços abaixo do mercado. Sua variedade de atividades econômicas possibilita o acesso a uma grande quantia recursos financeiros e, conseqüentemente, dificulta o impedimento de seu acesso a esses recursos (KHALAJI, 2007).

A criação e a manutenção de uma Guarda Revolucionária demonstram a necessidade de um país de manter sua ordem interna livre de inimigos internos ao invés de externos. Alfoneh (2008) aponta isso como uma consequência de regimes que têm medo de sua própria população. O resultado disso, no nível social, poderia ser desastroso uma vez que a população pode acabar encontrando, como única forma de expressão, movimentos radicais, a exemplo do que ocorreu no Egito, no fim de 2010. O autor aponta ainda que um risco que o governo corre, ao permitir o envolvimento da Guarda em um nível político e ideológico, é um ganho de força que pode, futuramente, resultar em uma ditadura militar.

Na visão de Khalaji (2007), a GRI é, acima de tudo, o principal obstáculo para a transformação da democracia e economia do Irã, e a única forma de lidar com ela seria através da imposição de sanções pesadas. O autor relembra o que foi uma vez constatado por um dos fundadores da GRI, Mohsen Sazegara: o que antes era uma guarda revolucionária, hoje é uma máfia.

Temos assim mais uma das facetas identitárias do Irã, um braço militar com extrema influência no mundo político iraniano. Além de exercer influência no pensamento político do país, não podemos nos esquecer que a GRI também oferece apoio ao governo autoritário, auxiliando na manutenção da ordem do país e, até mesmo, exercendo controle ideológico através do uso da força. É de seu interesse que, para melhor realização de suas operações legais e ilegais, o governo em vigência conceda apoio à Guarda e não imponha sanções a ela. Lembrando que, por governo, refiro-me principalmente ao Líder Supremo, visto que é ele quem comanda a GRI.

Não podemos negar que a GRI é, de fato, uma grande influência nos campo social e cultural do Irã. Exercendo controle sobre a mídia e promovendo a lealdade ao regime, temos que seus programas em prol da República Islâmica chegam, por diversas vias, à população. Esse controle é reforçado por seu poderio econômico, o que permite que a GRI seja uma força extremamente relevante no cenário iraniano. Temos, assim, um forte e influente ator disposto

a defender os princípios da República Islâmica mesmo que para isso seja necessário utilizar a força.

2.2.4 A identidade da iraniana pela sociedade civil

As sociedades islâmicas têm suas normas sociais, comportamento e relações fortemente influenciadas por dogmas. Que tipo de pessoas essa sociedade produz e que tipo de cultura um indivíduo deve ter para viver sob ordem da República Islâmica são perguntas relevantes a se fazer para compreender a sociedade iraniana. Para Farsoun e Mashayekhi (1992), como a sociedade islâmica faz distinção de gênero – como prescrito por lei divina – e institui valores diferentes a eles, delimitar a distinção entre homens e mulheres é algo que sempre devemos ter em mente ao analisarmos essa sociedade. Quando pensamos no processo decisório iraniano, não podemos deixar de lado a opinião pública (SALLAM; MANDELBAUM; GRACE, 2007). Essa tarefa, contudo, não é fácil devido ao difícil acesso às opiniões da população, controladas e abafadas por um governo autoritário.

Apesar de não ser possível medir a dependência, não só espiritual quanto psicológica, dos cidadãos iranianos às ordens religiosas impostas pelo clero, é possível notarmos quão grande é o seu impacto sobre sua consciência desde a Revolução. Hoje, a imposição forçada da ideologia do clero forçadamente é um pré-requisito para a criação da sociedade islâmica e do indivíduo islâmico. A ideologia assume um papel tão forte em algumas sociedades que ela acaba sendo utilizada como cura de falhas existentes em desajustes sociais, culturais e psicológicos (NAFISI apud FARSOON; MASHAYEKHI, 1992). Não podemos esquecer, contudo, que o islamismo iraniano existia muito antes da Revolução Islâmica, sempre sendo parte de sua cultura e da sociedade (FARSOUN; MASHAYEKHI, 1992).

A ideologia islâmica traz, para sua legitimação, algumas imposições. Dentre elas, temos o princípio de absoluta submissão ao Islã. Isso significa que qualquer questionamento feito sobre a interpretação dos clérigos é posto como um questionamento do próprio Deus e sua vontade. Além do mais, o individualismo é um aspecto permitido apenas em escalas limitadas aos indivíduos; o materialismo por meio de acúmulo de riquezas foi proibido; pouca¹⁸ atenção voltou-se à produção artística e literária, principalmente quando tais produções eram relacionadas à modernidade, utilizando-se da censura para bloquear tais produções. Contudo, há uma total aceitação da cultura religiosa e a vinculação das ciências aos dogmas religiosos. Ao longo dos anos, para adquirir maior aceitação social, algumas

¹⁸ Apesar da produção artística do Irã ainda existir, com destaque para a cinematografia, quando comparada à produção artística milenar dos persas vemos o quanto menos incentivo as artes recebem na República Islâmica.

mudanças tiveram que ser feitas às medidas tomadas desde a Revolução. Dentre elas, por exemplo, podemos citar a integração das mulheres em baixas posições do governo e aceitação de algumas atividades artísticas (FARSOUN; MASHAYEKHI, 1992).

O que ocorre no caso da formação da identidade islâmica iraniana é, na realidade, uma desconstrução de sujeitos (atores sociais, políticos e religiosos) para o que seria a real construção deles próprios. Ou seja, os indivíduos são levados a crer que é somente através da *umma*¹⁹ que se tornam plenos, como parte de uma comunidade muçulmana global onde as fronteiras físicas deixam de ser uma delimitação. Uma das formas de promover a reconstrução do fundamentalismo foi através da luta contra o capitalismo, socialismo e até mesmo a outras religiões existentes no país (CASTELLS, 1996). Dentre essas religiões, temos a Fé Bahá'í, cujos seguidores são perseguidos desde a Revolução de 1979 até os dias atuais e têm seus direitos humanos básicos, tais como direito a frequentar escolas, negados (ABRAHAMIAN, 2008) pelo fato de não serem muçulmanos e serem uma minoria.

Segundo Farsoun e Mashayekhi (1992, p. 125), o que governo aponta como “identidade islâmica” é, de fato, o que eles consideram ser uma crise dessa identidade:

The spirit of Islamism in Iran is in turmoil. In our time it is the spirit of quasi-feudalism in the household, spiritual materialism in the market, and chaotic and marginal socialism in the government due to haphazard nationalization and confiscations.

Em outras palavras, nota-se uma manipulação da religião Islâmica em prol de uma ideologia, sustentada e articulada pelo governo. E é essa ideologia que hoje guia as vidas dos cidadãos iranianos. Ou seja, em busca de uma hegemonia cultural, o governo assume um caráter autoritário e totalmente voltado aos versos divinos como a única e melhor escolha para governar o país. Observa-se, porém, que tal caráter autoritário tem sido bem sucedido apenas com a população menos favorecida economicamente e culturalmente, visto que o controle sob intelectuais, estudantes e classes trabalhadoras tem sido mais difícil.

Temos assim, ao longo dos anos, diversas tentativas, por parte do governo, de impor sua ideologia. Um dos meios que o Estado utilizou para isso, como legitimação do povo iraniano, foi a instauração de um novo sistema educacional. Em 1944, durante o governo de Mohammad Reza Pahlavi, houve uma tentativa de promover a democracia através da educação. Apesar de seus esforços na área, ao final de seu governo, o analfabetismo ainda era o estado em que a maioria dos iranianos encontrava-se. Mais tarde, Khomeini referiu-se a esse sistema como um dos motivos da dependência cultural do Ocidente e como forma de destruição da tradição islâmica. Foi então que os estudantes foram instados a voltar-se para a

¹⁹ “Comunidade de fiéis, em que todos são iguais em sua submissão perante Alá” (CASTELLS, 1942, p. 31).

verdadeira fonte da cultura, conhecimento e vida política e econômica: o Islã (FARSOUN;MASHAYEKHI,1992).

Além da identidade Islâmica que lhes é imposta através da educação, redes sociais mais informais, como formação na mesma universidade ou serem originários da mesma cidade, criam laços fortes entre os indivíduos iranianos. São aspectos como esses que permitem a formação da estrutura da sociedade do Irã. Para Sallam; Mandelbaum e Grace (2007) é justamente essa estrutura que faz com que, mesmo apesar da difícil situação econômica ou da insatisfação popular, o sistema do governo seja consideravelmente estável, ou seja, a estabilidade no Irã não baseia-se em quantas pessoas opõe-se ao regime, mas quão bem o apoiam ou opõe.

É claro que ao falarmos dos laços da sociedade iraniana, não podemos nos esquecer daqueles estabelecidos pela sua cultura milenar, constituída por séculos de história. Ao estudarmos a história iraniana transcorrida ao longo dos últimos séculos, compreendemos melhor o porquê da profunda ligação do povo iraniano com sua herança nacional, étnica, social e religiosa: *“Iran’s political and social movements in its contemporary history have been concentrated on keeping national sovereignty and independence”* (SIMBAR, 2007, p. 55).

Devida atenção deve ser dada ao termo *“national sovereignty”* quando nos referimos ao povo persa. Isso porque existe sim, dentre o povo iraniano, um sentimento de superioridade. O fato de ser considerada uma grande ofensa a confusão feita entre “iranianos” e “árabes” e esforços não serem poupados para que tal equívoco não seja feito é um exemplo disso. Além disso, após muito lutarem contra influências estrangeiras e por fim libertarem-se da dominação pelos Estados Unidos, Inglaterra ou qualquer outra nação estrangeira, os iranianos sentem-se prontos para resolver seus problemas no âmbito doméstico, conservando sua independência e tomando as rédeas de seu próprio destino (BAYMAN, 2001 apud SIMBAR, 2007).

A sociedade iraniana pós-Revolução, apesar do ambiente repressivo no qual se encontra, é considerada dinâmica e energética, e é necessário buscar a opinião dessa sociedade, para compreendermos o Irã hoje. Em 2008 foram realizadas pesquisas com a população para analisar suas opiniões em relação ao governo, relações com os Estados Unidos, com a região, Israel e a questão nuclear. Vejamos a seguir, uma análise da opinião da sociedade civil iraniana de acordo com o resultado de tais pesquisas.

A respeito do governo, temos que a maioria dos iranianos, apesar das dificuldades e insatisfação econômica, não culpam a administração do atual Presidente, Mahmoud

Ahmadinejad, por sua situação. Apesar de muitos iranianos rejeitarem a ideia de uma autocracia religiosa, a maioria não se apresenta insatisfeita com a forma com que seus líderes governam o Irã. Além disso, mais da metade dos iranianos apoiam o governo e suas decisões (65% *versus* 24% que acham que o governo está indo na direção errada), crendo ser positivo o *feedback* do governo as suas necessidades (RICHMAN, 2008). Essa situação pode ser explicada pelo fato de que a população menos favorecida do país, após muito ouvir promessas serem quebradas, cansaram-se das propostas reformistas que afirmavam que era através da democracia que se atingiria um crescimento econômico sustentável.

Essas pessoas têm testemunhado corrupção e injustiça e visto que eles têm se tornado mais pobres a cada dia, eles não têm mais paciência para pequenos passos em direção à democracia que pode, mais tarde, conduzi-los a melhorias econômicas (SIMBAR, 2007, p. 60, tradução nossa).

O que atraiu o povo foi, assim, uma figura populista com a qual eles pudessem identificar-se com sua simplicidade de expressão e projeto de uma vida simples. Dessa forma, o voto da população foi voltado à esperança de mudanças reais e possíveis em sua situação econômica, ou seja, o plano de governo proposto por Ahmadinejad (SIMBAR, 2007).

A relação com os Estados Unidos não pode ser deixada de lado ao analisarmos o Irã: quando questionados a respeito dessa questão, 80% dos iranianos disseram ter uma visão negativa do governo estadunidense, mas, mesmo assim, posicionaram-se a favor de um diálogo com foco em problemas específicos e apoiam concessões para que as relações entre os dois países se normalizem. Além disso, apesar da maior parte das comunidades muçulmanas terem uma opinião negativa sobre os Estados Unidos, a imagem de sua população é positiva entre os iranianos, sendo eles a favor de aproximação através de investimentos e turismo. Inclusive, os iranianos não se opõem a relações mais próximas com o Ocidente em geral (64% são a favor) e creem ainda que os muçulmanos e a cultura ocidental podem ter alguns pontos em comum. Apenas 12% acredita que um conflito violento é a melhor forma de lidar com o ocidente (RICHMAN, 2008).

Apesar do apoio popular para melhores relações com o Ocidente, o que guia as decisões externas do Irã é a visão do governo iraniano e o que busca transmitir ao povo iraniano. Ele enxerga a política externa americana como agressiva e arrogante, principalmente por acreditarem na recusa dos estadunidenses de reconhecer o direito do povo iraniano de tomar decisões próprias e autônomas em relação ao seu futuro (SIMBAR, 2007). Durante a administração Bush, as preocupações do governo iraniano aumentaram. O discurso do Presidente estadunidense, citando o Irã como um dos países pertencentes ao eixo do mal definitivamente contribuiu para isso. O governo iraniano acredita que o que os Estados

Unidos querem, basicamente, é acabar com o regime da República Islâmica. Culpam o governo estadunidense por conspiração com países europeus e demais países ocidentais para lhes negarem acesso a créditos monetários e tecnologia moderna. O governo afirma, ainda, que os Estados Unidos devem bilhões de dólares ao Irã por confiscações de bens durante a administração Cárter (SIMBAR, 2007).

Quanto às relações do Irã com sua região, a população apresentou preferência pelas relações cooperativas ao invés da retratação do país como potência dominante. Já no que diz respeito à relação com Israel, três quartos dos iranianos possuem uma opinião negativa sobre o país (74%). Sobre a situação entre Israel e Palestina em específico, 63% são contra o princípio de um acordo de paz se seu resultado for o reconhecimento do estado de Israel (apenas 24% são a favor). É curioso que essa oposição muda quando se leva em conta as negociações com os Estados Unidos: caso ela viesse a se normalizar, um pequeno número de iranianos afirmou estar disposto a reconhecer o Estado de Israel e da Palestina como Estados separados e independentes (RICHMAN, 2008).

A opinião dos iranianos quanto ao suporte militar ao Hamas, Hezbollah e milícias xiitas é relevante também: ela não é vista como meio de expandir a influência iraniana, mas como forma de conter as esforços dos Estados Unidos de se infiltrar nos interesses muçulmanos (RICHMAN, 2008).

A respeito da questão nuclear, uma vasta maioria (89%) apoia o direito do país de desenvolver um programa de energia nuclear independente (RICHMAN, 2008). Além disso, a população via as tentativas ‘hostis’ dos Estados Unidos de impedir esse avanço como uma forma de manter o Irã como uma nação dependente e retrógrada (SIMBAR, 2007).

Em linhas gerais, a ordem das preocupações iranianas é a seguinte: em primeiro lugar em suas prioridades há a preocupação com o melhoramento da economia (73% dos iranianos acham que é muito importante). Em seguida, encontramos o desejo por eleições livres (82% dos iranianos as consideram importantes) – nas quais a posição de Líder Supremo e os demais postos do governo seriam escolhidos através do voto livre e direto da população – e liberdade de imprensa (78% consideram importante). Em terceiro lugar, temos o desejo por melhora da relação com os países ocidentais, seguido de 31% de apoio a grupos estrangeiros como Hezbollah e Hamas e, por último, a questão dos armamentos nucleares (listado como muito importante por 23% da população) (RICHMAN, 2008).

A pesquisa realizada com a população iraniana nos aproxima um pouco mais dos pensamentos e opiniões da sociedade civil iraniana. Sua população jovem é ativa, letrada, com fortes pensamentos de reformas políticas e sociais. Apesar da repressão ideológica e a

rigidez imposta pelo governo, o debate interno que ocorre em universidades, ações como o Movimento Verde em prol da democracia no país, a luta por direitos civis e a indignação com o encarceramento de jornalistas, escritores e até jovens universitários com opiniões contrárias ao governo é significativo. É por essas razões que estudiosos como Pinto (2007) afirmam que o Irã possui “uma das opiniões públicas mais esclarecidas e contestatórias do Médio Oriente”.

Temos, portanto, a definição de quatro atores principais, cujas identidades compõem a identidade do Irã. O Presidente, Mahmoud Ahmadinejad, goza de legitimidade popular, visto que é eleito através do voto direto, permanece fiel aos ensinamentos da República Islâmica e devido a isso recebe apoio dos aiatolás e da GRI. Os aiatolás, por sua vez, representam o braço religioso do país, religião essa que é parte da história e cultura iraniana. Eles utilizam-se tanto da legitimidade do Presidente quanto da força da GRI para garantir sua posição no governo. Como mencionado, a GRI representa a força do país e a garantia de que o forte código moral instaurado na Revolução de 1979 seja cumprido, mantendo-se dessa forma em uma posição confortável, com suas liberdades garantidas. A sociedade civil, por fim, demonstra alta concentração de jovens instruídos, com forte conhecimento da história do povo persa, de sua cultura e magnificência. É justamente devido a esse conhecimento que a população mais instruída do Irã é tomada pela indignação de um país que segue sob-rédeas autoritárias, que busca não somente conter o progresso da nação como também regredir ao início de uma religião milenar e tradicional.

3 O LOBBY ISRAELENSE E A PERCEPÇÃO DA IDENTIDADE IRANIANA

No presente trabalho, partimos do pressuposto de que a existência da ação de um lobby israelense nos Estados Unidos interfere na sua percepção da identidade do Irã, o que será o foco da análise apresentada neste capítulo. A fim de fundamentar a ação de um lobby contra o Irã, é necessário explorarmos não somente as organizações e indivíduos que fazem parte desse lobby, como também seus meios de ação e instrumentos políticos e, por fim, seu conteúdo. Contudo, antes disso, a relação histórica entre Estados Unidos, Israel e Irã deve ser tratada, bilateralmente, para que possamos compreender, em detalhes, os aspectos que dificultam essa convivência no cenário internacional.

3.1 A relação entre os Estados Unidos e o Irã (1850-1979)

A relação entre os Estados Unidos e o Irã parece estar, nos últimos anos, rumo a uma colisão. Como anteriormente mencionado, desde a Revolução Islâmica, em 1979, a inimizade entre ambos os países tem se aprofundado. A declaração do Presidente George W. Bush em 2002 pode ser vista como o pico dessa animosidade, quando se referiu ao Iraque, Coreia do Norte e Irã como os países pertencentes ao “Eixo do Mal”. A partir de então, uma série de acusações envolvendo programas nucleares secretos, terrorismo e um governo autoritário fundamentaram uma relação cada vez mais sensível (CUMINGS, 2004). Beeman (2005) faz uma declaração bastante interessante a respeito de tal relação, destacando quão duradouro tem sido o impasse entre os países:

the longest standoff the United States has ever had with another nation, with the possible exception of Cuba and North Korea. Even during the cold war era, the United States maintained diplomatic, cultural and economic relations with Russia and other communist states (BEEMAN, 2005, p. 4).

Buscaremos, assim, brevemente analisar a relação desses dois países, de modo a tentar compreender qual a origem desse relacionamento tempestuoso e com longas desavenças. Para isso, utilizaremos não só o ponto de vista de cada país em relação ao outro, como a cronologia de eventos históricos que ocorreram entre 1850 e 1979.

Para Beeman (2005), os problemas entre ambos os países envolvem culturas diferentes e uma significativa falta de comunicação. Seu argumento nos remete aos conceitos abordados no capítulo I como percepção, identidade e imagens, visto que é essa falta de comunicação que leva cada país a enxergar o outro de determinada forma e agir de acordo com sua própria percepção desse outro:

[...] the conflict with Iran as it continues today is a true postmodern culture conflict. It centers not on substantive differences or real conflict, but rather on

symbolic discourse: both nations construct the "other" to fit an idealized picture of an enemy (BEEMAN, 2005, p. 4).

Para ele, os estadunidenses tem uma espécie de memória seletiva, na qual se lembram de qualquer ataque iraniano à sua nação, mas não do que ocorreu previamente a ela. Se pensarmos dessa forma, temos estadunidenses bastante confusos com a presente antipatia iraniana.

Ao longo dos anos, ademais, indivíduos estadunidenses de destaque têm feito diversas declarações negativas a respeito do Irã, como exemplificado pela declaração de Bush em 2002. De uma forma ou de outra, isso não somente incentiva a formação de uma percepção, também negativa da imagem iraniana, quanto sustenta as percepções negativas já existentes (BEEMAN, 2005): o governo iraniano é colocado como corrupto e impopular, em um Estado fanático e totalitário (CUMINGS, 2004).

Como um dos países do “Eixo do Mal”, o governo iraniano parece ser visto, pelos Estados Unidos, com uma única função: fomentar o terrorismo. Consequente, a recusa dos governantes iranianos em cooperar com o Ocidente não contribui para essa situação. Segundo Beeman (2005)

[...] for American citizens, one of the most difficult aspects of relations with the Middle East is the task of comprehending the blanket condemnation leveled against the United States by everyone from the leaders of the Iranian Revolution to Osama bin Laden (BEEMAN, 2005, p. 24).

Os Estados Unidos consideram o Irã uma ameaça a seus interesses no Oriente Médio. Além disso, não podemos nos esquecer do problema nuclear, no qual acusam o Irã

of cheating and deceiving about its nuclear activities and is using the pressure put on it by international community to stall and punt on all nuclear issues with the purpose of continuing the program” (SIMBAR, 2007, p. 59).

O argumento de Simbar (2007) é o de que o problema nuclear entre Irã e Estados Unidos é o mais complexo a ser resolvido. Para ele, os demais problemas – tais como sanções e terrorismo – poderiam ser resolvidos caso ambos os países reconhecessem que tal resolução é de seu interesse.

Do ponto de vista iraniano, por sua vez, temos um conflito entre reformistas e conservadores enraizado na estrutura da República Islâmica. Com uma Constituição que busca unir teocracia e democracia, direitos humanos com direitos divinos (CUMINGS, 2004), o Estado baseia-se na Lei Divina (*Sharia*) e tem como maiores intérpretes e conhecedores, o clero. Apesar de já termos entrado em maiores detalhes a respeito da Revolução Islâmica e o atual governo iraniano no capítulo anterior, citar essas características novamente é relevante para apontar o quanto elas influenciam a relação entre ambos os países. Isso porque, além das

diferentes culturas, a forma com que os líderes políticos iranianos governam o país parece ser algo desconfortável e desconhecido para políticos dos Estados Unidos (BEEMAN, 2005).

O governo iraniano também trabalha para alertar a sociedade a respeito dos males ocidentais. O termo utilizado para referir-se aos Estados Unidos, “o grande Satã”, possui forte significado para a sociedade civil iraniana. Isso pode ser comprovado pela significativa representação do povo iraniano (80%) que possui uma visão negativa do governo estadunidense (RICHMAN, 2008). De acordo com Beeman (2005), o termo é invocado nas orações islâmicas árabes sob objetivo de pedir a Deus o auxílio para livrá-los do “*shaitan ar-rajim*”, ou seja, Grande Satã. O termo torna-se assim uma das formas de difundir, entre a sociedade, a necessidade de manter-se longe de algo tão diferente deles, o Satã.

A relação entre o “externo” e “interno” também é algo muito importante e difundido na cultura do Irã. Preza-se muito a manutenção do “interno”, íntegro e puro, longe da interferência das forças “externas”, forças essas que seriam maculadas, corruptas e destruidoras da integridade islâmica. Pode-se observar, por exemplo, que durante o regime Pahlavi, período em que as forças “externas” eram acentuadamente presentes no Irã, desenvolveu-se, no campo social, tensão entre iranianos e estadunidenses. Isso porque, com a necessidade de modernizar o Xá e o interesse dos Estados Unidos, os últimos passaram a ocupar suas vagas em trabalhos, as habitações disponíveis para moradias, os salários mais elevados e até mesmo o espaço nas cidades (BEEMAN, 2005). Essas forças “externas” seriam então, na visão iraniana, materializadas pelo governo estadunidense.

Acredita-se que o primeiro sinal de oposição ao ocidente surge na pessoa de Jamal ad-Din al-Afghani (1838-1897). Jamal tornar-se-ia um líder que reuniria esforços para incentivar, cada vez mais, o movimento islâmico. Como outro marco da oposição aos ocidentais, podemos citar a delicada situação na qual o Oriente Médio se encontrava durante a Guerra Fria visto que, após derrota da União Soviética e com uma Inglaterra enfraquecida, os Estados Unidos tornam-se o único representante do Ocidente após 1972. Assim se explica, em parte, a forte relação formada na mentalidade iraniana de que os Estados Unidos representam o Ocidente e seus males. Vejamos então o desdobramento das relações diplomáticas entre os dois países ao longo dos anos (BEEMAN, 2005).

Historicamente, o primeiro ato formal diplomático entre os Estados Unidos e Irã dá-se em 28 de junho de 1850, com o início da negociação do tratado de amizade (HOWLAND, 1999), e extingue-se oficialmente em 1980. Contudo, durante todo esse período, temos acontecimentos que tanto aproximaram quanto afastaram ambos países. Um dos exemplos de aproximação ocorre em 1909, quando o norte-americano Howard Baskerville torna-se herói e

mártir nacional ao participar da Revolução Constitucional. Apesar de sustentarem uma boa relação, até a II Guerra Mundial, os Estados Unidos não demonstraram possuir grande interesse pelo território iraniano (SHOAMANESH, 2009).

Em 1953, apoiados pelos britânicos, a Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) promove um golpe que resulta na queda do primeiro-ministro Mossadegh – eleito por meio de voto direto – e na volta de Reza Pahlavi como Xá do Irã (RISEN, 2000). O Presidente dos Estados Unidos na época era o republicano Dwight D. Eisenhower, que permaneceu no governo até 1961 (BECHLOSS, 2009).

A relação entre os dois países dá mais um passo em 1957, quando durante a dinastia Pahlavi, os Estados Unidos, mais especificamente a CIA, ajudaram o Irã a estabelecer a detestada e temida SAVAK – Organização de Inteligência e Segurança Nacional iraniana –, para conter oposição ao governo (BASHIRIYEH, 1984). Esse fato pode ser considerado uma aproximação dos governos, mas uma interferência ocidental não desejada por muitos civis.

A busca por uma boa relação com o governo iraniano estende-se até a presidência de Lyndon B. Johnson (1963-1969). De acordo com arquivos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, durante a presidência de Johnson, os esforços para manter os laços de amizade com o Irã eram grandes. Um exemplo disso pode ser visto em trecho de carta escrita por Johnson para o Xá Pahlavi, em 1964:

We of the United States know that a free Iran is vital to freedom everywhere, and that as long as freedom stands, Iran's independence and Iran's control over its own destiny will not be compromised. We shall walk beside you toward the new horizons of human dignity. Let me assure you that as long as you walk this road, you'll never walk alone. Those words came from my heart and from the heart of my country when I spoke them. They still do (JOHNSON, 1964).

Em resposta, o Pahlavi afirmou que:

There are certain countries in the world, the preservation of whose independence and territorial integrity, because of their characteristic geographic position, does not only constitute a service to those countries alone, but a service also to the stability and peace of an entire area. Iran is an instance of such a country (PAHLAVI, 1964).

Vejamos de onde, então, é que surgem os problemas e desavenças entre os até então parceiros. Para Shoamanesh (2009), ao buscarmos a fonte dos desacordos entre os Estados Unidos e Irã é correto nos voltarmos à análise da Crise do Petróleo ao invés de levarmos em consideração a relação entre os países a partir de 1979, com a Revolução. Temos então que, até 1973, a relativamente estável relação entre ambos os países sofre um baque, com a Crise do Petróleo. Isso porque o Xá recusou o pedido estadunidense de baixar os elevados preços do petróleo. Tal fato significou, para os Estados Unidos, um desrespeito aos interesses de seu país e um sinal de que o governo iraniano não temia colocar seus interesses à frente.

Shoamanesh (2009) conclui assim que desde antes da Revolução de 1979, o governo dos Estados Unidos já estava começando a distanciar-se do Xá.

Apesar do ocorrido em 1973 ter sido um agravante, é somente em 1979 que os Estados Unidos perdem, de vez, seu aliado no Oriente Médio: com a volta de Khomeini, Pahlavi deixa de ser Xá. Surgem assim grandes mudanças no Irã, dentre elas a extinção da repressiva SAVAK e a negação de qualquer intervenção externa no país. Ainda em 1979 ocorre fato que ficou conhecido como a *American Hostage Crisis*, representada pela invasão da Embaixada dos Estados Unidos em Teerã por jovens estudantes revolucionários iranianos, que durou 444 dias (SHOAMANESH, 2009). Esse episódio marca, assim, a incapacidade do novo governante de conter a situação, o fim das relações diplomáticas entre Teerã e Washington oficialmente em abril de 1980 e o início de inúmeras sanções estadunidenses impostas ao Irã (HOWLAND, 1999).

Temos, então, que a partir de 1980, já sem relações diplomáticas, a situação agrava-se com o apoio estadunidense ao Iraque na guerra de oito anos contra o Irã. Seu apoio consistia não apenas em ajudar o Iraque, como também no ato de dificultar empréstimos de Instituições Financeiras Internacionais para o Irã (SHOAMANESH, 2009).

Pouco tempo após a problemática situação da guerra do Iraque, novo impasse ocorre entre os países. Em 1982, em resposta à invasão de Israel ao Líbano, o Irã dá seu total apoio à criação do Hezbollah: uma organização paramilitar vista como um grupo terrorista pelos Estados Unidos, que recebe apoio financeiro de ambos Irã e Síria, como visto anteriormente (SHOAMANESH, 2009).

Ademais, é em 1988 que ocorre um problema envolvendo os dois países diretamente: os Estados Unidos derrubam um avião iraniano (voo 655) e matam as 290 pessoas a bordo. Esse fato contribui ainda mais para a situação decadente entre os países. Há também, em 2007, desavenças no Iraque, quando tropas estadunidenses aprisionam diplomatas iranianos e acusavam o Irã de apoiarem movimentos islâmicos contra os Estados Unidos (SHOAMANESH, 2009).

Temos, portanto, que são inúmeros os episódios que demarcam uma relação cada vez mais intolerante entre dois países que parecem estar em uma disputa para ver quem cederá antes. De um lado, os Estados Unidos, que não reconhecem o governo formado com a Revolução de 1979, sem poupar esforços para mantê-lo sob embargos econômicos, do outro, os iranianos parecem não importar-se com as ameaças dos Estados Unidos, não perdendo a oportunidade de desafiar Washington (SHOAMANESH, 2009).

A análise das relações acima nos permite observar como, do ponto de vista da política dos Estados Unidos, a ação de alocar o Irã como um grande exportador de terrorismo, se comparada à relação passada com os iranianos, pode ser vista como uma contradição. Antes da declaração do Presidente Bush em 2002, mais especificamente durante o governo de Bill Clinton, as restrições impostas ao Irã desde 1979 haviam sido diminuídas. Colin Powell, em reunião com o Ministro Iraniano de assuntos externos, chegou a declarar à imprensa que “Teerã seria incluída na coalizão contra o terrorismo” (CUMINGS, 2004, p. 95, tradução nossa). O governo iraniano, por sua vez, chegou a estender ajuda aos pilotos estadunidenses que estavam no Afeganistão e abriu suas fronteiras para auxiliar no recebimento de ajuda humanitária. Concluimos, portanto, como a declaração do Presidente Bush foi um marco para a delimitação e, porque não, deterioração, da relação dos Estados Unidos e Irã a partir de 2002.

3.2 Irã e Israel: um breve histórico

Uma vez brevemente explorada a relação entre o Irã e os Estados Unidos, passo agora para a análise da relação entre Irã e Israel. Dessa forma, acredito que a compreensão do lobby israelense nos Estados Unidos tornar-se-á mais clara visto que compreenderemos a possível motivação por trás dele.

Dentre os autores que fazem referência à relação entre Israel e Irã, tomaremos como base o trabalho de Trita Parsi (2007). Ao tomarmos como foco o trabalho de Parsi (2007), fruto de 130 entrevistas com figuras políticas iranianas, israelenses e estadunidenses, cremos ser possível conseguir fazer referência a tal relação com a maior imparcialidade possível. Isso porque o autor demonstra levar em conta a pouca disponibilidade de literatura em inglês a respeito de tal relação e o fato de que muitas análises a respeito da política iraniana e israelense são produzidas nos Estados Unidos, logo, sob uma ótica ocidental.

Segundo Parsi (2007), o conflito geopolítico existente entre Israel e Irã é, sem dúvida, extremamente influente nos conflitos regionais do Oriente Médio. Geopolítico porque, para o autor, a relação tempestuosa entre ambos os países origina-se de transformações não ideológicas, mas geopolíticas. De forma mais clara, o autor acredita que tal animosidade é oriunda das modificações ocorridas na “Balança de Poder” da região nos últimos anos, principalmente após o fim da Guerra Fria, em 1989, ditando assim o tom das relações no Oriente Médio nos últimos anos.

Em 1947, com a participação de 56 Estados na Assembleia Geral da ONU, foi decidida a partilha da Palestina (GOMES, 2001). Desde o reconhecimento da independência de Israel (1948), seu relacionamento com o Estado iraniano é moldado por interesses, como o interesse no petróleo iraniano. Esse relacionamento, a partir de então, se entendeu de forma relativamente pacífica, com o objetivo em comum de manter os soviéticos afastados da região (SIMON, 2010).

Voltemo-nos assim ao histórico pacífico de tais relações, que se iniciam com a declaração da independência do Estado de Israel e a consequente piora da situação da população judaica do Iraque. De modo a ajudar Israel com o resgate de tal população, o Irã abriu uma rota para que pudessem escapar do governo iraquiano (SIMON, 2010). A partir de então, o relacionamento entre judeus e iranianos torna-se de interesse mútuo.

Os israelenses passam, assim, a ir para o Irã a fim de ocupar empregos relacionados aos setores agrícola e da saúde, chegando até a fundar uma escola em Teerã e alocar diplomatas na capital. Ao manter esse relacionamento, os israelenses reduziam seu isolamento diplomático, melhoravam seus laços com o Irã – principal inimigo iraquiano –, além de assegurar uma vida mais tranquila à comunidade judaica no Irã e àqueles que desejavam escapar do Iraque. Quanto às vantagens iranianas de manter tal relacionamento, podemos mencionar uma bastante importante: a manutenção de seu relacionamento com os Estados Unidos em bons termos (SIMON, 2010).

Os dois países, apesar de sua relação pacífica, nunca deixaram de observar atentamente as ações do outro. Um fato importante que marcou essa relação, a título de exemplo, foi a guerra de 1967, conhecida também como a Guerra dos Seis dias. Para Parsi (2007), essa guerra mudou a percepção que o Irã possuía dos israelenses. Isso porque a demonstração de força da parte de Israel frente aos árabes mostrou sua capacidade e potencial. Apesar do Irã não ter visto a situação como uma grande ameaça à sua posição no Oriente Médio, não era de seu interesse que Israel se tornasse demasiadamente forte. Nas palavras de Parsi (2007, p. 30), *“the 1967 war had transformed Israel from an embattled state into an aggressive state”*.

Em relação ao início dos problemas entre os países, muitos autores argumentam que sua origem é a Revolução de 1979. Mas, apesar de a Revolução ter sido, de fato, um grande retardo em suas relações, ela não representou o fim de apoio israelense ao governo (PARSI, 2007). Isso porque, apesar de o regime revolucionário romper os laços diplomáticos com Israel e sua embaixada ser entregue à Organização de Libertação Palestina, a previsão do governo israelense era de que suas relações com o Irã voltariam a equilibra-se em breve. Essa

previsão concretiza-se, momentaneamente, quando o Iraque invade o Irã, em 1980 (SIMON, 2010).

Em busca desesperada por ajuda militar, o Irã volta-se à Israel. Essa ajuda é fornecida no campo armamentício e, dois anos após invasão do Iraque, o governo de Israel encontrava-se satisfeito com os lucros oriundos de seu fornecimento de armas ao Irã. É apenas quando a capacidade de pagamento iraniano se esgota que tal satisfação, conseqüentemente, também acaba (SIMON, 2010). A previsão de um melhor relacionamento entre os países começa assim a deteriorar-se. A tensão, no entanto, ainda não foi grande o bastante para abalar a relação por completo. É apenas em 1982, com a invasão de Israel ao Líbano com o objetivo de destruir a Organização de Libertação Palestina (SIMON, 2010), que o Irã sente a necessidade de unir-se à defesa do islamismo xiita, tornando-se explicitamente defensor da causa Palestina (PARSI, 2007). A forte intervenção iraniana foi marcada pelo envio de sua Guarda Revolucionária Islâmica, mas não resultou em confrontos diretos com as tropas de Israel (SIMON, 2010).

O grande resultado dessa intervenção foi a criação do Hezbollah, como apresentado anteriormente. Esse grupo tornou-se com o tempo, e permanece sendo, uma grande ameaça à Israel. Além disso, no mesmo período, o Irã fundou a Jihad Islâmica, responsável por ataques a Israel em Gaza (SIMON, 2010).

Como já salientado anteriormente, o fim da Guerra Fria representou grande alteração no cenário do Oriente Médio. Isso porque o fim da guerra representou também o fim de uma ameaça em comum, tornando Israel um empecilho na zona de influência do Irã. Com a derrota do Iraque em 1991, a situação que se estendia desde o fim da guerra, se concretiza: os laços que uniam Irã e Israel tornam-se inexistentes. Isso ocorre porque o enfraquecimento do Iraque traz a oportunidade de ambos os países redefinirem a ordem do Oriente Médio (PARSI, 2007). O interesse de ambos era claramente o de colocar-se como maior influência na região e, para isso, seria necessário enfraquecer o outro. É dessa forma que, no início dos anos 90 o Irã já era, de forma bastante clara, um forte opositor do Estado de Israel (SIMON, 2010).

Nos últimos anos, o relacionamento tem se deteriorado ainda mais, com a questão nuclear iraniana. Em 2010, Israel lança um apelo à comunidade internacional, pedindo que voltasse sua atenção ao suposto arsenal nuclear iraniano. Por sua vez, o governo iraniano muniu-se de declarações a respeito da extinção de Israel, com questionamentos sobre sua legitimidade (SIMON, 2010) e a própria existência do Holocausto (PARSI, 2007).

No web site oficial da Presidência do Irã, estão disponíveis as diversas declarações de Ahmadinejad a respeito de Israel. Os participantes da Conferência Internacional de Luta

Global contra o Terrorismo, em Teerã, por exemplo, foram testemunhas das seguintes palavras proferidas pelo Presidente: *The reason for our insistence that the Zionist regime should be wiped out and vanished is that the Zionist regime is the main base for imposing oppression and harbors the main terrorists of the world* (AHMADINEJAD, 2006). Como se essa declaração não bastasse, o Presidente, em visita ao Sudão, se referiu aos judeus como “*the true manifestation of Satan*”, enfatizando que “*today the Zionist regime is a symbol of hedonism and the manifestation of the ugly soul of some usurper powers that support it*” (AHMADINEJAD, 2007). Vemos, assim, que Ahmadinejad não mede palavras para expressar sua desaprovação em relação ao regime sionista e habitantes de Israel. Suas declarações são fortes e não deixam espaço para dúvidas referentes à sua posição como inimigo de Israel.

Além das declarações iranianas temos também o lado israelense, que passa a demonizar o Irã com declarações como a de Shimon Peres, Vice-Primeiro-Ministro de Israel, que referiu-se a Ahmadinejad como a versão persa de Hitler. Defensores de Israel procuram, em seus argumentos, colocar ênfase na imagem do país como uma frágil democracia em uma região submersa em autoritarismo (PARSI, 2007). Temos assim, mais uma vez, a formação da figura dos Mullás autoritários e irracionais, do lado iraniano, *versus* a luta pela democracia na região, representada por Israel. Israel também já declarou inúmeras vezes seu preparo para realizar ataques ao Irã, caso necessário no futuro:

When the Israeli Military Chief of Staff, Daniel Halutz, was asked how far Israel was ready to go to stop Iran's nuclear energy program, he said "Two thousand kilometers"—the distance of an air assault (PETRAS, 2006, p. 122).

Quanto à opinião da população israelense frente a essas declarações, é importante mencionar que sua maior parte não concordaria com uma decisão de ataque militar ao Irã visto que, para ela, diálogo seria a melhor forma de lidar com o impasse entre os países²⁰ (PETRAS, 2006).

Em meio a tais declarações, qual seria então a relação do governo iraniano com seus habitantes judeus após 1979? Para responder essa indagação é necessário estabelecemos a diferença entre as palavras “judeu” e “sionista”. Isso porque, em uma declaração religiosa (*Fatwa*), Khomeini estabeleceu a proteção dos judeus iranianos somente se fossem contra o sionismo, ou seja, o movimento político e filosófico judaico (PARSI, 2007). Permitindo assim a livre prática do judaísmo como religião e crença pessoal.

²⁰ Isso pode ser notado até mesmo em recentes atos da população judaica em redes sociais, blogs e redes de compartilhamento de mídia, tais como o *youtube*, nos quais expressam sua indignação com qualquer declaração do governo israelense referentes ao ódio em relação aos iranianos e promessas de bombardeamento.

Para Parsi (2007), a relação desses dois países não é permeada apenas por problemas, tendo eles duas grandes semelhanças: o passado desses dois povos e sua grande suspeita em relação às influências “externas”. Para o autor, a lamentável passagem dos judeus pelo Holocausto e as décadas de presença estrangeira em solo iraniano, além de uma longa guerra contra o Iraque em 1980 os aproxima. É justamente esse histórico em comum que cria sua resistência frente ao “externo”. Além disso:

Jews and Iranians are no strangers to each other. Their cultures, religions, and histories are intimately intertwined and date back to biblical times. The origins of their relations can be traced to the eighth century B.C., when the Assyrian king Tiglath-pileser III forcibly resettled thousands of Jews in Media (northwestern Iran) (PARSI, 2007, p. 7).

Um fato interessante, também mencionado pelo autor, data do relacionamento entre esses dois povos em 539 a.C, quando o rei Persa Ciro, o Grande, libertou os judeus mantidos cativos no reino da Babilônia, causando tremenda reverência dos judeus à Ciro. Apesar de o rei permitir seu retorno à prometida terra de Israel, muitos desses judeus escolheram, livremente, ir para a então Pérsia, onde hoje vivem seus descendentes iranianos (PARSI, 2007).

Esse pequeno fragmento histórico trazido por Parsi (2007) nos leva a refletir sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos. É bastante antagônico olharmos para o passado das relações entre israelenses e iranianos e nos depararmos com sua atual situação. De um convívio harmonioso, dotado de interesses mútuos, os dois países passaram a um interesse único: o extermínio do outro. Seu relacionamento resume-se hoje a um jogo de poder e luta por influência.

3.3 O processo decisório estadunidense e a atividade lobista

Para que a análise proposta no presente trabalho seja possível, creio ser necessária a compreensão dos seguintes pontos: o que é considerada uma atividade lobista e, principalmente, como ela teria espaço para agir no processo decisório estadunidense.

A lei dos Estados Unidos define uma atividade lobista como “um indivíduo ou organização cujo trabalho é influenciar a aprovação ou desaprovação de leis e que, para isso, recebe(m) dinheiro” (TERRY, 2005, p. 29, tradução nossa). Assim, lobistas são, de certa forma, indivíduos ou grupos de pressão interna que trabalham para ganhar acesso a pessoas influentes na política interna e externa de um país. Mearsheimer e Walt (2007) salientam que, uma vez que grupos internos ganham poder político, o resultado de tal poder muitas vezes não traz conseqüências positivas para o país como um todo. Isso porque objetivo do lobby é fazer

com que a política interna e, principalmente externa, esteja em sintonia com seus próprios interesses, sejam eles quais for.

Mearsheimer e Walt (2007) chamam atenção para o fato de que um lobby não é uma instituição hierárquica e centralizada, cujos membros são listados e devidamente identificados. Além disso, indivíduos que são apenas simpatizantes a determinados assuntos, não devem ser considerados lobistas.

Outra característica que vale a pena ser mencionada a respeito dos lobbies é a sua organização. De acordo com Terry (2005), para atingir seus objetivos de maneira eficaz, os lobistas obedecem a determinadas regras como: fazer promessas apenas se puder cumpri-las, as propostas devem ser feitas gradualmente e deve-se dizer sempre a verdade.

Os grupos de pressão, aqui referidos pelo termo “lobby” são ativos nos Estados Unidos e representam interesses em assuntos bastante variados, tais como o israelense, árabe, palestino, têxtil, etc. Apesar de soar como uma conspiração, os grupos lobistas operam de uma forma bastante aberta, como mencionado por Mearsheimer, Walt (2007) e Terry (2005). O destaque de alguns lobbies está justamente em sua eficácia. Sinto, portanto, ser necessário termos uma breve referência às agências que participam do processo decisório dos Estados Unidos, que é o campo de ação dessas atividades.

Se buscarmos quais agências governamentais estão envolvidas no processo decisório da política externa norte-americana, definitivamente existem seis que valem a pena ser mencionadas. São elas: a Presidência, o Departamento de Estado, o Pentágono, a Agência de Inteligência Americana (CIA), o Congresso e o Conselho de Segurança Nacional. Vemos que esse é um grupo de elite, e o poder decisivo tem ordem decrescente. Podemos dizer que, basicamente, o Presidente e seus assessores determinam, de certa forma, quem participará do processo decisório (TERRY; 2005).

Um ponto bastante interessante levantado por Terry (2005) é a lógica da tomada de decisão, no sentido de que decisões deveriam ser feitas levando em consideração o bem estar do país ou de sua população. O que ocorre, contudo, é que o cenário político competitivo faz com que aqueles envolvidos na tomada de decisão sintam a necessidade de ceder a grupos de pressão que fazem determinadas demandas domésticas. Dessa forma, chegamos à conclusão que o que reina nas relações políticas é o interesse próprio.

A proposta de um lobby é, dessa forma, penetrar nessas diversas camadas decisórias do governo estadunidense de modo a influenciar indivíduos-chave. Mearsheimer e Walt (2007) relacionam a facilidade de esses grupos permearem o sistema político à sua natureza

aberta e exposta. O ambiente político estadunidense é assim, o que permite que diversos grupos de interesse tenham acesso às oportunidades de interferência.

Um dos momentos mais propensos para que os lobistas entrem em contato com essas oportunidades é, segundo Terry (2005), a mudança de governo. Para a autora, Presidentes recém-eleitos tem grande probabilidade de modificar a política do governo anterior. O que nota-se do lobby Israelense, em específico, é que em ano de eleição, como apontado por Mearsheimer e Walt (2007), os candidatos evitam fazer referências a Israel e, se o fazem, tais referências não são feitas em tom de críticas ou desaprovação. Um exemplo disso é a afirmação do candidato John Edwards, que em 2004 fez o seguinte pronunciamento a respeito dos laços entre Israel e os Estados Unidos: *“the bond between Israel and the United States will never be broken”* (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 4). O timing é, dessa forma, um dos fatores mais importantes numa atividade lobista.

Com essa breve referência ao funcionamento do processo decisório estadunidense e como grupos lobistas podem permear nas decisões de política externa dos Estados Unidos, partimos à análise do lobby israelense, foco do presente trabalho. Exploraremos, então, os organismos que compõe o lobby israelense, para mais adiante compreendermos suas ações, técnicas e poder persuasivo.

3.4 O lobby israelense, seus integrantes e meios de ação

Dentre as variadas atividades lobistas que ocorrem nos Estados Unidos, nosso foco será voltado ao lobby israelense. Ele consiste em um grupo de pessoas e organizações que possuem o contínuo trabalho de mover a política externa norte-americana favoravelmente a Israel (MEARSHEIMER; WALT; 2007). O interesse de tais lobistas não é apenas favorecer Israel, mas também desfavorecer outros grupos, ou seja, os lobistas operam sob um jogo de soma zero, no qual qualquer ganho de grupos adversários – nesse caso grupos árabes e palestinos – necessariamente representa uma perda para Israel (TERRY; 2005).

Considera-se que o lobby israelense surgiu em 1926, quando o canadense e jornalista Isaiah L. Kenen passou a promover assiduamente o sionismo em Cleveland, Estados Unidos. Em 1954, Kenen organizou o Comitê Sionista Americano para Relações Públicas, também conhecida como AZPAC, que, em 1959, teve seu nome alterado para Comitê Americano de Assuntos Públicos Israelenses (AIPAC) (VERBEETEN, 2006).

O AIPAC é, indiscutivelmente, a organização mais forte dentre as que lidam com o Oriente Médio e possui força para reprimir críticas feitas a Israel, é extremamente conhecida

dentre os membros do Congresso e possui como corpo de diretores judeus com altíssimo poder aquisitivo (MEARSHEIMER; WALT, 2007). A própria web site do Comitê refere-se ao AIPAC como “*America’s pro-Israel Lobby*” e define sua missão como a de fortificar os laços entre Israel e Estados Unidos, trabalhando juntamente com Republicanos, Democratas e Independentes. Além disso, deixa bastante claro que seu papel é o de conscientizar tomadores de decisão quanto à importância, para seus próprios interesses, do “Estado Judeu” permanecer seguro. Enfatiza ainda:

AIPAC urges all members of Congress to support Israel through foreign aid, government partnerships, joint anti-terrorism efforts and the promotion of a negotiated two-state solution — a Jewish state of Israel and a demilitarized Palestinian state (AIPAC, 2012).

A web site do Comitê também faz referência direta ao Irã, como:

[...] the world’s leading state sponsor of terror and is racing toward a nuclear weapons capability. Through its proxy armies of Hezbollah in Southern Lebanon, Hamas in the Gaza Strip and insurgents in Iraq and Afghanistan, the Iranian regime is supporting terrorists carrying out daily attacks on American troops and Israeli civilians (AIPAC, 2012).

O AIPAC possui hoje mais de cem mil empregados, politicamente ativos e que mantêm fortes laços políticos nos Estados Unidos. Sua relação com o Presidente Barack Obama é um exemplo desses laços como observamos no trecho abaixo:

I know that when I visit AIPAC I’m among friends — good friends, friends who share my strong commitment to make sure that the bond between the United States and Israel is unbreakable today, unbreakable tomorrow — unbreakable forever (OBAMA, 2008).

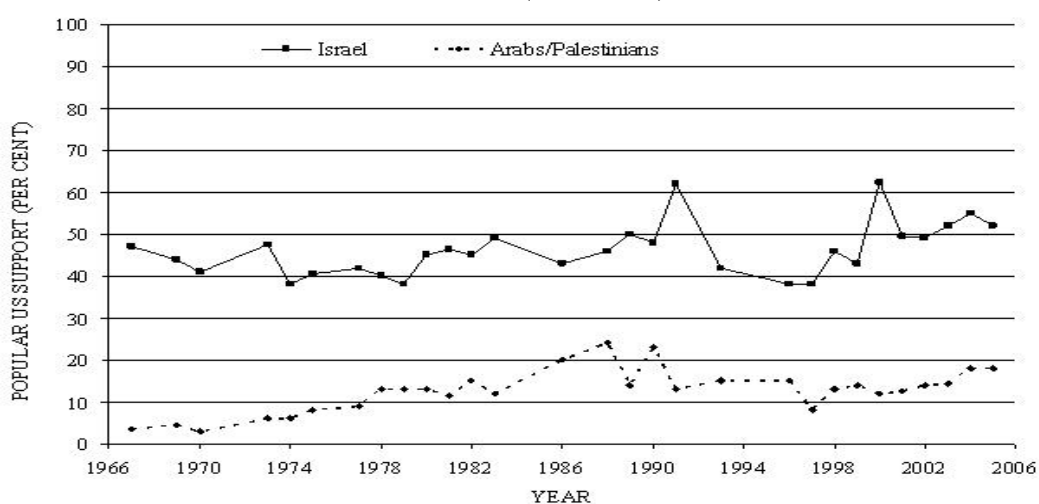
Tal afirmação não nos deixa dúvida do grau de aproximação do lobby israelense ao governo estadunidense.

Desde o surgimento do AIPAC, é possível observarmos uma significativa mudança na relação entre os Estados Unidos e Israel. Temos que, durante o governo de Eisenhower, as pressões exercidas pela comunidade judaica não eram bem vistas pela Casa Branca. Durante os primeiros três anos de seu governo, o Presidente possuía uma visão negativa a respeito do Estado de Israel o que, de acordo com Verbeeten (2006), pode ser observado em memorandos e relatórios de Washington nos quais se coloca Israel como o principal obstáculo à paz no Oriente Médio. Até então, o governo estadunidense colocava seus interesses como mais próximos aos dos árabes do que os israelenses e buscava meios de não demonstrar quaisquer favoritismo. Em 1953, os Estados Unidos chegaram a ameaçar um embargo econômico a Israel devido suas investidas militares no Sinai. Ao final de seu governo, Eisenhower passou a reformular suas políticas referentes ao Oriente Médio. Para Verbeeten (2006), essa mudança

ocorre devido ao reconhecimento, por parte de Washington, de que Israel seria de grande importância estratégica para o país, fato esse que questionaremos mais adiante.

Quando Kennedy assume a presidência, entre 1961 e 1963, a causa judaica já era tratada de forma mais pública. Nesse período, inicia-se a venda de armamentos para Jerusalém. Durante a presidência de Johnson (1963 – 1969), a referida relação torna-se mais próxima, principalmente devido ao desejo de contar influências soviéticas na região (VERBEETEN, 2006). Essa proximidade do governo estadunidense ao Estado de Israel resulta em seu afastamento dos grupos árabes, e, conseqüentemente, ao afastamento da própria população do país, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Simpatia do público estadunidense referente à Árabes/Palestinos e Israelenses (1966-2006)



Fonte: VERBEETEN, David. How important is the Israel Lobby? *Middle East Quarterly*, v. 8, n. 4, p. 37-44, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.meforum.org/1004/how-important-is-the-israel-lobby>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

Constatamos, de acordo com o gráfico, que existe um movimento quase que inversamente proporcional: quando há um aumento da popularidade israelense, há um decréscimo na popularidade palestina e vice-versa. Esse fato pode ser visto como forte indicativo de que o objetivo do lobby israelense não é somente buscar orientar a política externa norte-americana de acordo com os interesses de Israel, como também afastá-la, o máximo possível, de qualquer interesse árabe.

Apesar do trabalho de Verbeeten (2006) ter surgido como uma crítica ao trabalho de Mearsheimer e Walt (2007), é curioso que o autor não nega que grupos judaicos como o AIPAC são capazes de modificar ou influenciar a política externa do país – principalmente através da sua proximidade a membros do Congresso e Senadores –, apesar de não acreditar que eles cheguem a determiná-las.

Além do AIPAC, também podemos citar organizações como o Congresso Judaico Americano, a Organização Sionista da América (ZOA), o Fórum de Política de Israel (IPF), o Comitê Judaico Americano, a Liga Anti-Difamação (ADL), o Centro de Ação Religiosa do Judaísmo Reformista, Americanos para um Israel seguro, Amigos Americanos do Likud, Mercaz-USA, *Hadassah*, entre outros (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Visto que o primeiro capítulo do presente trabalho tratou do termo “percepção”, é importante tomarmos cuidado ao utilizar a expressão “lobby israelense”. Salientamos assim que, indivíduos e algumas organizações que possuem atividades em prol de Israel não necessariamente participam de um “lobby”, nem devem ser considerados lobistas. Contudo, o termo “lobby israelense” será aqui utilizado de modo a indicar um conjunto de pessoas, majoritariamente envolvidas politicamente e influenciando a política externa norte-americana. Sempre partindo do pressuposto de que *“to be part of the lobby (...) one has to actively work to move American foreign policy in a pro-Israel direction”* (MEARSHEIMER; WALT; 2007 p. 114). Portanto, o que chamamos de “lobby israelense” não deve ser diretamente relacionado a todos os israelenses, mas sim a um movimento político com ideologia voltada à promoção dos interesses de Israel, como melhor abordado a seguir.

A fim de compreender a medida da influência do lobby israelense na política externa norte-americana, é necessário entender como operam, quais suas técnicas e ferramentas. Seja através da televisão, rádio, revistas, jornais²¹ ou internet, os lobistas utilizam como importante ferramenta a mídia para influenciar a consciência pública e, porque não, a opinião política, e ali formar conceitos e imagens que os favorecem. A transmissão de “imagens”, de opiniões sobre assuntos específicos e a constante repetição de fatos e informações são armas poderosas. Terry (2005, p. 15) acrescenta a esse pensamento o motivo pela qual as informações disponíveis são semelhantes:

Because a handful of individuals or international corporations now own and control media communications, including cable and large television networks, motion pictures, radio stations, magazines and newspapers, a near “unanimity of view” has emerged in the presentation of all issues, not only those dealing with the Middle East.

Esse é um ponto bastante negativo do monopólio dos meios de comunicação, visto que, a indisponibilidade de diferentes opiniões causa uma uniformidade de pensamento que deixa as massas menos críticas e questionadoras. É justamente disso que se valem os lobistas. Além disso, a “construção de imagens” utilizada pelos lobistas nos remete ao orientalismo de

²¹ Uma observação interessante a ser feita a respeito da publicação de informações nos meios de comunicação é a publicação do jornal israelense *Haaretz*, cuja versão em inglês é publicada, semanalmente, no jornal estadunidense *International Herald Tribune*. Esse fato demonstra uma clara vinculação da imprensa israelense à norte-americana.

Said (1990). Como anteriormente mencionado, imagens a respeito do Oriente, nem sempre positivas, foram criadas e reproduzidas por ocidentais. Tal reprodução foi tão disseminada que se criou uma percepção do que era o Oriente sem espaço para o questionamento dessa identidade. Com o tempo, essa identidade sofre uma distorção da realidade (WEBER, 2011).

Se aplicarmos essa questão ao lobby israelense, especificamente, percebemos a disseminação da imagem de um Estado israelense virtuoso *versus* muçulmanos terroristas, sejam eles iranianos ou árabes. Poderíamos apresentar, em vista disso, o seguinte questionamento: e quanto a outros grupos, não conseguiriam eles exercer tal influência na mídia?

Terry (2005) e Petras (2006) tratam desse assunto de maneira bem clara. Apesar da existência de outros grupos lobistas nos Estados Unidos, tais grupos não têm a força que o lobby israelense possui, nem no Congresso estadunidense nem dentre a sociedade civil. Isso ocorre porque existe uma grande predisposição por parte de autores e políticos a falar em prol dos israelenses, além de uma grande ignorância referente ao Islã. Nenhum lobby apresentou, até hoje, a perseverança e o elevado grau de organização que o lobby israelense tem demonstrado. Seu constante esforço para se aproximar dos tomadores de decisão estadunidenses, a quantidade de apoiadores e defensores que estão dispostos a, não somente divulgar os interesses de Israel como também apoiar financeiramente os esforços do lobby, contribuíram para elevar a força do lobby para um grau muito acima dos demais grupos de pressão.

O apoio financeiro é outra importante ferramenta utilizada pelo lobby israelense. Nas palavras de Mearsheimer e Walt (2007, p. 140), “*American Jews are relatively prosperous and well educated, and have an admirable philanthropic tradition. They give generously to political parties and have very high rates of political participation*”. É essa “tradição filantrópica” que Terry (2005) menciona como uma das grandes vantagens do grupo sionista para o apoio de sua agenda no Oriente Médio. A autora acrescenta a esse pensamento:

With a long tradition of “political philanthropy” and well-organized and financially sound lobby organizations, the Zionists now clearly have an even greater advantage in securing political support for their agenda in the Middle East (TERRY, 2005, p. 41).

Dessa forma, chegamos à conclusão de que, ao fornecerem algo crucial para as campanhas políticas norte-americanas, ou seja, apoio financeiro, o grupo sionista consegue apoio para suas causas.

Outra maneira efetiva de conseguir atenção para seus interesses no Oriente Médio e defesa de Israel é através do contato direto e pessoal com Presidentes e oficiais de

Washington. Enquanto existe uma pressão para um contato político entre oficiais do governo e apoiadores de Israel, existe pressão israelense para que haja pouco contato com grupos favoráveis aos árabes. *“With long term planning and foresight, pro-Zionist groups have been particularly successful in developing and maintaining contacts and personal relationships with junior officials at local and state levels, as well as in Washington”* (Terry; 2005, p. 36).

As pressões no campo político, contanto, não são focadas apenas nos tomadores de decisões individualmente. Há também pressões sobre o congresso e governos estaduais e locais (TERRY, 2005). De fato, os assuntos em pauta a respeito do Oriente Médio quase sempre são decididos em favor a Israel:

policies that could be construed as harmful to Israeli interests, or as favoring the Arabs, cause vocal and vociferous opposition from both Democrats and Republicans in Congress. Political retribution soon follows (TERRY, 2005, p. 39).

Concluimos assim que, uma presença ativa e organizada de indivíduos, grupos e organizações que defendem Israel permite acesso a indivíduos-chave no processo decisório de política externa norte-americana. Ainda que existam outros grupos, defendendo uma diversidade de outros assuntos, nenhum se equipara ao poder que o grupo sionista possui. Percebemos também que, ao longo da história, fatos nos levam a crer que esse relacionamento entre Israel e Estados Unidos tem resultado em apoio político, tanto verbal quanto no campo financeiro, criado estranhamento dos demais países e tem sido uma incógnita para estudiosos das relações internacionais.

3.5 Estados Unidos e Israel: um relacionamento a duras custas

A relação entre Israel e os Estados Unidos tem, há muito tempo, intrigado estudiosos de relações internacionais. O governo estadunidense é, de acordo com Weber (2007), o mais importante e fiel apoiador de Israel. Esse apoio tem sido dado sob forma de ajuda diplomática, militar e financeira e tem demonstrado ser bastante custoso aos Estados Unidos. A seguir, analisaremos e questionaremos os argumentos utilizados para justificar tal relação.

Quando mencionamos o forte relacionamento entre o governo estadunidense e Israel, nossa atenção volta-se imediatamente ao significativo apoio financeiro dado ao Estado de Israel. Conforme apontado por Mearsheimer e Walt (2007), a contribuição anual a Israel chega a ser de três bilhões de dólares sem exigências para justificação de onde essa quantia é gasta. Assim, Israel pode facilmente utilizar a generosa quantia para seus próprios propósitos militares. Se considerarmos que Israel é um país industrial rico, com um índice de

desenvolvimento humano de 0,888, e um PIB per capita de 29.321 dólares (IBGE, 2012), é cabível questionarmos essa significativa ajuda financeira dos Estados Unidos.

A lealdade norte-americana com o Estado de Israel tem sido sentida até mesmo nas Nações Unidas. Exemplos disso têm sido notados durante votações do Conselho de Segurança, nos quais os Estados Unidos tem vetado quaisquer resoluções que poderiam afetar Israel de maneira negativa, mesmo que tais resoluções possuíssem apoio dos demais países do Conselho. Um exemplo disso ocorreu em 2003, quando a questão da barreira de segurança colocada por Israel foi levantada. Dos países presentes, 144 votaram a favor da desocupação do território palestino por Israel, enquanto que quatro países opuseram-se à resolução: Israel, Estados Unidos e seus dois dependentes; Ilhas Marshall e Micronésia (WEBER, 2007).

Outro exemplo dessa lealdade que vale ser mencionado é relacionado ao atual Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. O Presidente, que no passado demonstrou simpatia à situação dos palestinos e que, durante campanha em 2007 chegou a fazer referência ao seu sofrimento, durante uma audiência do AIPAC declarou que nada faria para mudar o relacionamento com Israel de uma forma bastante clara, como abordado previamente (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O que chama nossa atenção é o fato de que, independentemente do que Israel faça não se ouve crítica por parte dos Estados Unidos. Durante a guerra entre Israel e Líbano, em 2006, por exemplo, enquanto a comunidade internacional demonstrava seu desgosto e desaprovação frente às atitudes de Israel, o governo estadunidense não proferiu uma palavra sequer de desaprovação (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

A questão é: qual o motivo para Israel receber um apoio tão forte dos Estados Unidos? Porque é que Israel desfruta de certas regalias que nenhum outro país do mundo chega perto de receber? Qual o preço que os Estados Unidos pagam por tal aliança e sob quais argumentos a mantêm?

Vejamos então, sob quais custos os Estados Unidos sustentam essa relação. Historicamente, como apontado por Terry (2005), o interesse dos Estados Unidos no Oriente Médio tem tido três aspectos: assegurar seu fornecimento de petróleo a baixos custos, manter a região afastada da esfera de interesse dos demais países e apoiar a existência do Estado de Israel. Em prol de um bom relacionamento com o Oriente Médio, como era de interesse estadunidense, uma relação pacífica com os árabes e palestinos seria algo crucial. Esse relacionamento, contudo, é profundamente afetado pelo apoio que Washington fornece à Israel.

Weber (2007) menciona algumas das perdas que os Estados Unidos sofreram com essa “parceria”. Dentre elas estão os bilhões de dólares investidos em auxílio econômico e militar, os custos da guerra do Iraque, além da insatisfação gerada ao redor do globo por parte dos demais países. Não podemos nos esquecer, também, que tal relação certamente não alivia o antiamericanismo dentre o povo árabe e palestino, o que aumenta significativamente as já mencionadas ameaças terroristas: “*a considerable number of americans – almost 40 percent – recognize that U.S. support for Israel is one of the main causes of anti-Americanism around the world*” (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 10).

O apoio a Israel seria justificado caso os benefícios recebidos em troca fossem substancialmente positivos, ou caso Israel representasse uma posição geográfica crítica, ou provida de riquezas naturais que fossem de extremo interesse aos Estados Unidos. Como Mearsheimer e Walt (2007) mesmo justificam, tal apoio também seria explicado caso representasse ganhos estratégicos e maior segurança para os Estados Unidos. Porém, esse não é o caso. O apoio concedido a Israel tem tornado os estadunidenses mais vulneráveis, do ponto de vista internacional. Como, então, figuras como Stuart Eizenstat – assistente do Presidente Carter – podem ser referir à aliança Israel-Estados Unidos como estratégica?

O que acontece é que Israel teve êxito em convencer Washington de que os interesses de ambos os países encontram-se em perfeita harmonia. Para melhor compreensão, vejamos alguns argumentos que buscam justificar tal aliança e porque esses argumentos são questionáveis.

Primeiramente, temos o argumento estadunidense de que Israel é de grande importância estratégica, como vimos ser defendido por Verbeteen (2006). Definitivamente, durante a Guerra Fria, tal argumento era plausível: o crescente apoio dos soviéticos a países como o Egito, Síria e Iraque fez com que o poder de Israel como aliado aumentasse. Tal argumento torna-se inválido, contudo, a partir do momento que a União Soviética deixa de existir. A importância estratégica seria também uma afirmação válida caso Israel tivesse acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, o que também não ocorre (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O segundo argumento a ser aqui apresentado está ligado à parceria de ambos os países na “luta contra o terror”, fomentada pelos ataques de 11 de setembro. Porém, como já mencionado, é um fato que o apoio dado à Israel é uma das grandes fontes de insatisfação com os Estados Unidos. Um extrato do livro de Mearsheimer e Walt (2007) traz evidência de que o próprio ataque de 11 de setembro teria sido fruto de tal relação:

After September 11, Bin Laden's mother told an interviewer that in his teenage years he was the same nice kid . . . but he was more concerned, sad, and frustrated about the situation in Palestine in particular, and the Arab and Muslim world in general (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 66).

Além disso: “*Bin Laden also condemned the United States on several occasions prior to September 11 for its support of Israel against the Palestinians and called for jihad against America on this basis*” (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 67). Podemos assim inferir que, o apoio dado a Israel têm, ao invés de facilitado a luta contra o terror, dificultado-a. Não sendo o único fator, contudo, causador do antiamericanismo existente nos países de origem árabe, mas contribuinte relevante a essa situação.

Como terceiro ponto, temos o fato de Israel ser um país democrático, sendo assim digno de uma aliança tão forte com o governo estadunidense. Esse argumento pode ser rapidamente refutado, visto que, no passado, os Estados Unidos já chegaram a prestar apoio a regimes ditatoriais quando lhes era conveniente. Israel não é, além do mais, o único país democrático do globo, a ponto de ser receptor inquestionável da benevolência norte-americana (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Como argumentos finais, mencionarei o argumento moral. Tal argumento consiste no passado do povo judeu, que sofreu injúrias inimagináveis durante o Holocausto e por isso hoje mereceria o apoio. Mearsheimer e Walt (2007), apesar de reconhecerem o tamanho sofrimento de tal passado, o equiparam à atual situação palestina e defendem a ideia que o tratamento dado aos palestinos faz dos israelenses menos merecedores do apoio inquestionável e inabalável dos Estados Unidos.

O objetivo aqui não é, contudo, levantar acusações antisemitas, ou defender qualquer tipo de preconceito. Mas sim, explorar um pouco a relação dos Estados Unidos com Israel, relação essa que é claramente existente e influente nas decisões de política externa norte-americana. Não nego, também, a existência de outros grupos de interesse ativos nos Estados Unidos, que buscam exercer influência sobre decisões políticas do país, mas foco no grupo sionista devido à sua força e atuação impressionante. O argumento central aqui apresentado é o de que o apoio dos Estados Unidos a Israel é feito a altos custos e que tal apoio não seria possível sem a presença de um lobby israelense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a influência e a força modificadora do lobby israelense nos Estados Unidos sobre a visão estadunidense da identidade iraniana e qual o desencontro e/ou distorção que daí resulta na identidade do Irã, conforme os fatores históricos apurados, e a identidade formada dentro dos conceitos estadunidenses.

Assim sendo, no campo teórico, apoiamo-nos na ótica dos construtivistas da formação de identidades, ideias e conceitos em torno de uma realidade socialmente construída, o que nos forneceu a base lógica e relevante para lidarmos com a análise em questão. Além disso, a aplicação da psicologia cognitiva nos permitiu constatar que fatores psicológicos fazem parte das decisões tomadas na política externa, influenciando, muitas vezes, a objetividade com que as decisões serão tomadas. Através de estudo de discursos e declarações dos tomadores de decisão iranianos, estadunidenses e israelenses, observamos as possíveis percepções que os agentes desses países pudessem ter formado do “outro” a ponto de influenciar suas decisões de política externa. Verificamos que a utilização de termos como “o grande Satã”, “Mulás loucos”, “eixo do mal”, “terroristas” e “sionistas” nos discursos presidenciais são exemplos das manifestações de tais percepções e resultam na formação de identidades e, conseqüentemente, interferem na racionalidade dos decisores. Dessa forma, a escolha da teoria construtivista como foco analítico permitiu que fossem levados em conta os tomadores de decisão, suas ideias, percepções e identidades formadas para si e para o outro. Ela nos permitiu ver como relevantes as análises das relações entre o Xá do Irã e o Presidente estadunidense Lyndon B. Johnson ou o histórico pessoal do Presidente do Irã, por exemplo.

Outras ferramentas teóricas foram utilizadas na referida análise, tal como a abordagem sobre profecias auto-realizáveis de Jervis (1976). Seu pensamento pode ser aplicado à crença estadunidense e israelense de que o Irã é, de fato, um país irracional, fomentador do terrorismo no mundo e o seu conseqüente tratamento como tal. Além disso, os modelos de dissuasão e de espiral nos permitem compreender a lógica do processo de tomada de decisão onde, ao buscar sua própria segurança, os Estados despertam a insegurança dos demais e se os Estados creem na hostilidade do outro, quaisquer de suas ações serão vistas como hostis. Tal pensamento pode ser aplicado, por exemplo, ao polêmico debate referente ao direito ou não dos iranianos possuírem um programa nuclear e desenvolverem armas de destruição em massa sem supervisão internacional. O fato de que as decisões tomadas pelos líderes de Estado podem ser baseadas nas imagens pré-concebidas de seu adversário e não em informações concretas e racionais, nos dá espaço para crer que, caso as imagens formadas do

“outro” fossem diferentes, também seria sua política externa. Aplicando tal pensamento ao lobby israelense teríamos que o esforço que seus indivíduos e organizações fazem de constantemente divulgar imagens negativas do Irã, contribui para a manutenção de uma política norte-americana também negativa em relação ao Irã. É possível afirmar que essas imagens possuem uma rigidez cognitiva e por isso são difíceis de serem modificadas.

Ademais, quando tratamos da identidade em si, temos que ela pode ser múltipla, formada a partir de instituições da sociedade, tais como a política, a religiosa ou a social, e que uma vez internalizadas pelos indivíduos, tornam-se parte de uma memória coletiva extremamente poderosa, como bem identificado no caso iraniano: uma população com uma história milenar, que deu origem a uma cultura forte e um aguçado senso de pertencimento. É justamente devido a essas características que percebemos como o menor sinal de dominância pelo Ocidente é algo repugnante a eles. Ao longo de nosso estudo, todavia, percebemos que essa relação de dominância do Oriente pelo Ocidente não é algo que ocorreu apenas na prática. O estudo de Said (1990) a respeito do orientalismo nos levou às raízes dessa relação. Definido pelo autor como um sistema de conhecimentos sobre o Oriente, o orientalismo faz referência às produções teóricas que colocam os orientais como algo a ser temido e, porque não, educados pelo Ocidente. Portanto, os orientais seriam assim, um conjunto de representações criadas pelo Ocidente. Notamos que vestígios dessas representações permeiam os entendimentos a respeito do Oriente até os dias atuais.

O que nos é divulgado sobre o Irã hoje, em linhas gerais, é que o país é uma potência regional no Oriente Médio que apoia financeiramente grupos terroristas, é defensor das comunidades xiitas em todo o mundo e que tem a capacidade de possuir armas de destruição em massa. Contudo, com base na pesquisa histórica apresentada, nossa atenção voltou-se para outros aspectos, como a intensa busca iraniana por independência e que a Revolução Islâmica de 1979 representou uma luta pela retomada de sua identidade cultural. Foi possível, também, observamos o medo da sociedade iraniana de retornar aos tempos de dominação e, principalmente, interferência externa no país. Isso porque eles não creem que a interferência externa seria em prol dos direitos do povo iraniano e sim para suprir interesses ocidentais. O medo iraniano é sentido como algo real e algo que faz parte da realidade do Presidente, dos aiatolás, da Guarda Revolucionária Islâmica e da própria sociedade civil.

É interessante observarmos que, apesar dos atores políticos iranianos estarem unidos sob um só pensamento, o de insegurança frente ao “externo” a fim de manter sua cultura protegida, é possível concluirmos que a sociedade civil, mesmo influenciada por discursos

distorcidos sobre povos e culturas além de suas fronteiras, não se opõe a um bom relacionamento com o Ocidente.

Quanto à relação política dos Estados Unidos com o Irã, vemos que está em declínio desde 1973, com a primeira crise do petróleo, extinguindo-se oficialmente em 1980, dando origem às inúmeras sanções norte-americanas impostas ao Irã. Notamos, todavia, que o relacionamento nem sempre foi de discordância e de ataques verbais públicos. Ambos os países chegaram a manter relações diplomáticas enquanto lhes parecia conveniente. O mesmo aplica-se a relação entre o Irã e Israel, cuja relação apenas agrava-se em 1982, com a intervenção iraniana no Líbano, além do despertar de uma competição para ver quem assumiria a posição de influência na região do Oriente Médio. Chegamos assim à conclusão de que boas relações entre os países não somente são possíveis como também já existiram.

As relações entre os três países parecem estar hoje rumo a uma colisão. O presente estudo demonstra que, de fato, a manutenção da relação entre os Estados Unidos e Israel tem representado altos custos para o governo estadunidense e os benefícios não são significantes. Não há dúvidas de que o Lobby Israelense é real. Ele existe e possui organismos, com destaque ao AIPAC, e indivíduos que focam, acima de tudo, os interesses de Israel. Inferimos assim que, apesar do Irã e Estados Unidos possuírem problemas que existiriam mesmo na ausência do referido lobby, sua existência definitivamente é um agravante para que um diálogo entre os três Estados seja possível. Enquanto os Estados Unidos e Israel permanecerem unidos em sua política externa, o que hoje ocorre de forma totalmente exposta, parece não haver espaço para a retomada de uma boa relação entre Estados Unidos e Irã.

A análise apresentada nos permitiu concluir assim, que há um desencontro entre a identidade iraniana em si e a identidade iraniana nos conceitos estadunidenses. A eficiência de um lobby ativo, forte e organizado com ação de indivíduos e organizações que agem para influenciar governantes e parlamentares em prol dos interesses de Israel tem surtido efeito.

O efeito do lobby pode ser detectado em exemplos substanciais, tal como na defesa dos interesses israelenses, por parte dos Estados Unidos, nas decisões da ONU – como a questão da desocupação do território palestino, em 2003, na qual os Estados Unidos se opuseram à resolução, dentre muitas outras de interesse de Israel. Outro exemplo é baseado no comparecimento de inúmeros congressistas estadunidenses no evento anual do AIPAC para demonstrar seu apoio a Israel visto que, aqueles congressistas que se opõe aos desejos do AIPAC correm o risco de ter seus fundos de campanha consideravelmente reduzidos. Ademais, Richard Perle, assessor do Presidente Bush, chegou a afirmar que caso um político

levantasse a discussão de cessar apoio a Israel, com certeza não seria reeleito nas próximas eleições.

As inúmeras declarações de apoio a Israel frente à mídia e em eventos oficiais claramente colocam os Estados Unidos e Israel como aliados contra o Irã. Essa aliança, somada à desconfiança iraniana em relação ao Ocidente tem contribuído para uma falta de comunicação com o governo estadunidense que, por sua vez, instiga a mútua perpetuação de imagens negativas, imagens essas que chegam aos governantes e parlamentares estadunidenses principalmente através da atividade lobista israelense. Além disso, tanto os Estados Unidos quanto o Irã parecem sentir a necessidade de provar, frente ao mundo, que são nações fortes e que não estão dispostas a cumprir as exigências feitas pela outra parte. O lobby israelense e os problemas já existentes entre o Irã e Israel certamente contribuem para manter uma forte sensação de que, ceder seria, de fato, um sinal de fraqueza e submissão, sinais esses cujo preço nem os Estados Unidos, nem o Irã, estão dispostos a pagar.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Ervand. **A history of modern Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

AFRASIABI, Kaveh; MALEKI, Abbas. Iran's Foreign Policy After 11 September. **Brown J. World Affairs**, Rhode Island, v.9, n.2, p. 255, jul./dez. 2003.

AHMADINEJAD, Mahmoud. **Ahmadinejad's Zionist regime offspring of Britain nurtured by US**. Sudão, 1 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/3328>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

_____, Mahmoud. **Palestra de Iftar proferida para membros da União de Engenheiros Islâmicos** [Discurso]. Irã, Teerã, 14 out. 2006. Disponível em: <<http://www.memri.org/report/en/print1914.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

_____, Mahmoud. **Enemies cannot stop nations' progress** [Discurso]. Irã, Khorasan, 26 out 2011. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/31832>>. Acesso em: 25 out. 2011.

_____, Mahmoud. **Tyrannical powers want to suppress the revolutionary movements of nations through tricky and false claims** [Discurso]. Irã, Birjand, 25 out. 2011. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/?ArtID=31827>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

AIPAC. *About AIPAC*. United States. 2012. **Our Mission**. Disponível em: <www.aipac.org>. Acesso em: 2 maio 2012.

ALFONEH, Ali. The Revolutionary Guards' Role in Iranian Politics. **Middle East Quarterly**, Philadelphia, v.15, n.4, p.13-14, ago., 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2008.

BBC. *Middle East*. London, 2009. **Iran's Revolutionary Guards**. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7064353.stm>. Acesso em: 8 de nov. de 2011.

BECHLOSS, Michael; SIDEY, Hugh. **The Presidents of the United States of America**. United States of America: White House Historical Association, 2009. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/about/presidents/dwightdeisenhower>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

BEEMAN, William O. **The “great satan” vs. the “mad mullahs”**: How the United States and Iran demonize each other. United States of America: Praeger Publishers, 2005.

BUKH, Alexander. Identity, Foreign Policy and the Other: Japan's Russia. **European journal of International Relations**, London, v.15, n.2, p.319-345, jun. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUMINGS, Bruce. Inventing the axis of evil: the truth about North Korea, Iran, and Syria. In: ABRAHAMIAN, Ervand. **Empire Strikes Back: Iran in U.S Sights**. New York: New Press, p. 93-147, 2004.

ESHKEVARI, Hasan Y.; HOSSEINI, Ziba M.; TAPPER, Richard. **Islam and democracy in Iran**: Eshkevari and the quest for reform. London: IB Tauris, 2006.

FARSOUN, Samih; MASHAYEKHI, Mehrdad (Org.). **Iran**: political culture in the Islamic republic. London: Routledge, 1992.

FOLTZ, Richard C. **Spirituality in the land of the noble**: how Iran shaped the world's religions. Oxford: One world publications, 2004.

GUIMARÃES, Lytton. Relações Internacionais como campo de estudos: Discursos, Raízes e Desenvolvimento, Estado da Arte. **Cadernos do REL**, n.17, p.17-25, 2001.

HANN, Geoff; DABROWSKA, Karen. Iraq then and now. Inglaterra: The Globe Pequot Press, 2008.

HASSAN, Hussein D. Iran: Profile of President Mahmoud Ahmadinejad. **CRS Report for Congress**. United States of America, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RS22569.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

HOUGHTON, David Patrick. Reinvigorating the Study of Foreign Policy Decision Making: Toward a Constructivist Approach. **Foreign Policy Analysis**, Florida, n. 3, p. 24-45. 2007.

HOWLAND, Nina D. **Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXII, Iran**. Washington: Government Printing Office, 1999. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v22>>. Acesso em: 26 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Países: Irã.** Brasília: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>>. Acesso em: 05 fev. 2012.

IRÃ, 1979. Constituição (1979). **Constituição da República Islâmica do Irã.** Irã, Teerã, 1979. Disponível em: <<http://www.iranonline.com/iran/iran-info/government/constitution.html>>. Acesso em: 20 out. 2012.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics.** New Jersey: Princeton University Press, 1976.

JOHNSON, Lyndon. **Letter from President Johnson to the Shah of Iran.** United States of America: Washington, 2 jun. 1964. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/1964>>. Acesso em: 25 out. 2011.

KHALAJI, Mehdi. **Iran's Revolutionary Guards Corps, Inc.** Washington, 2007. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/irans-revolutionary-guards-corps-inc>>. Acesso em: 8 nov. 2011.

LIVING AS A MUSLIM. **Which Madhab to follow?** Disponível em: <<http://www.muslimliving.org/faith/madhab.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MASH-HOORI, Delaram. **Du role de la religion dans l'histoire sociale de l'Iran.** Teerã: Khavaran, 1999.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel lobby and U.S foreign policy.** New York: Farrar Straus and Giroux, 2007.

MIGST, Karen. **Princípios das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NRSB-NUCLEAR AND RADIATION STUDIES BOARD. **Internationalization of the nuclear fuel cycle: goals, strategies, and challenges**. Washington: National Academies Press, 2009. Disponível em: < http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=12477&page=R1>. Acesso em: 10 mar. 2012.

OBAMA, Barack. AIPAC [Discurso]. Estados Unidos da América: Washington, 4 jun. 2008. Disponível em:<<http://www.aipac.org/about-aipac/how-we-work>>. Acesso em: 1 maio 2012.

PAHLAVI, M. R. **Letter from the Shah of Iran to President Johnson**. Irã, 7 jan. 1964. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v22>>. Acesso em: 24 out. 2011.

PARVIN, Manoucher; VAZIRI, Mostafa. Islamic Man and Society in the Islamic Republic of Iran. In: FARSOON, Samih; MASHAYEKHI, Mehrdad (Org.). **Iran: political culture in the Islamic republic**. London: Routledge, 1992.

PETRAS, James. **The power of Israel in the United States: The Coming Mideast Conflagration**. United States: Clarity Press Inc. p. 122-134, 2006.

PINTO, Maria do Céu. O Irão de Ahmadinejad. **Nação e Defesa**, Lisboa, v.03, n.117, p.197-220, jan. 2007.

RICHMAN, Alvin. **Iranian Public Opinion on Governance, Nuclear Weapons and Relations with the United States**. Ian: World Public Opinion, 2008. Disponível em: <<http://www.worldpublicopinion.org/pipa/articles/brmiddleeastnafricara/527.php>>. Acesso em: 26 out. 2012.

RISEN, James. **Secrets of History: The CIA in Iran**. The NY Times, 2000. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/library/world/mideast/041600iran-cia-index.html>>. Acesso em: 13 de fev. 2012.

RUBIN, Barry. Iran: The rise of a regional Power. **The Middle East Review of International Affairs**, Herzliya, v. 10, n. 3, set. 2006. Disponível em: < <http://meria.idc.ac.il/journal/2006/issue3/jv10no3a10.html>>. Acesso em: 5 nov. 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALLAM, Hesham; MANDELBAUM, Andrew e GRACE, Robert. Who rules Ahmadinejad's Iran? **USIPeace Briefing**, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.usip.org/publications/who-rules-ahmadinejad-s-iran>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

SHOAMANESH, Sam S. History Brief: Timeline of US-Iran relations until the Obama Administration. **MIT International Review**, 2009. Disponível em: <<http://web.mit.edu/mitir/2009/online/us-iran-2.pdf>>. Acesso: 13 de fev. 2012.

SIMBAR, Reza. Iran, Democracy and International Community. **Journal of international and area studies**, Korea, v.14, n.1, p.55-66, jun. 2007.

SIMON, Steven. Iran and Israel. **Iran Primer**, United States of America, 2010. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/sites/iranprimer.usip.org/files/Iran%20and%20Israel.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

SNYDER, Jack. One World, Rival Theories. **Foreign Policy**, n.145, nov./dez., p.52-62, 2004. Disponível em: <<http://jstor.org/stable/4152944>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

STEIN, Janice Gross. Foreign policy decision-making: rational, psychological, and neurological models. In: SMITH, Steve; DUNNE, Timothy (Org.). **Foreign Policy: theories, actors, cases**. Oxford: Oxford University Press, p. 101-116, 2008.

TERRY, Janice. **U.S Foreign Policy in the Middle East: The Role of the lobbies and Special Interest Groups**. London: Pluto Press, 2005.

VERBEETEN, David. How important is the Israel Lobby? **Middle East Quarterly**, v. 8, n. 4, p. 37-44, jul./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.meforum.org/1004/how-important-is-the-israel-lobby>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

WEBER, Mark. **Behind the Iran Crisis: The Israel Lobby's Campaign for War**. Oregon, 2007. Disponível em: <http://www.ihr.org/other/0711_webereugene.html>. Acesso em: 24 dez. 2011.

WELDES, Jutta; SACO, Diana. Making State Action Possible: The United States and the Discursive Construction of "The Cuban Problem", 1960-1994. **Global Governance**, Colorado, v.25, n.2, 1996.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

_____, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ANEXO 1 – Mapa da Pérsia



Fonte: PÉRSIA. Mapa geral da Região da Pérsia. [Pérsia], 1791 × 1730.